

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

OTAVIO BEN

**O ÍNDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA:
BASE TEÓRICA E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS**

PORTO ALEGRE

2014

OTAVIO BEN

**O ÍNDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA:
BASE TEÓRICA E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Sabino Porto Jr.

PORTO ALEGRE

2014

OTAVIO BEN

**O ÍNDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA:
BASE TEÓRICA E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Sabino Porto Jr. – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Ronald Otto Hillbrecht
UFRGS

Prof. Dr. Sérgio Marley Modesto Monteiro
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer o apoio que recebi de meus pais, Ademar e Claudete, minha irmã, Natalia e minha namorada Ravena para a conclusão deste trabalho. Foram de fundamental importância para me estimular e não me deixar desistir nas horas difíceis e me mostrar o caminho certo a seguir.

Agradeço também a todos os professores que por ventura tive contato e despertaram o interesse em buscar o conhecimento de forma contínua. Em especial ao meu orientador, o professor Sabino, que me guiou na construção deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos que compreenderam meus momentos de isolamento e concentração para a realização desta empreitada.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a relação existente entre liberdade econômica e desenvolvimento. Primeiramente será feita uma exposição da teoria liberal, destacando os principais conceitos. Em seguida será apresentado o índice de liberdade econômica. Neste tópico será abordada a metodologia utilizada na construção do indicador e também o desempenho brasileiro na versão divulgada em 2013. Por último, algumas correlações entre variáveis socioeconômicas e o índice de liberdade serão comentadas para observar como funciona a dinâmica do crescimento dos países. O entendimento do porquê algumas nações se desenvolvem mais rápido do que outras é a meta deste estudo, que se utilizará dos princípios liberais para análise dos dados.

Palavras-chave: Índice de Liberdade Econômica. *Fraser Institute*. Liberalismo. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This paper aims to present the relationship between economic freedom and development. First exhibition of liberal theory will be taken, highlighting key concepts. Then the economic freedom index will be presented. In this topic is discussed the methodology used in the construction of the indicator and also the Brazilian performance in the version released in 2013. Finally, some correlations between socioeconomic variables and the freedom index will be commented to observe how works the growth dynamic of the countries. The understanding of why some nations grow faster than others is the goal of this study, which uses the liberal principles for data analysis.

Keywords: Economic Freedom Index. Fraser Institute. Liberalism. Development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O QUE É LIBERALISMO?	10
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO	10
2.2 DEFINIÇÕES	12
2.2.1 Liberdade econômica	14
2.2.2 Liberdade política	15
2.2.3 Propriedade privada	15
2.2.4 Economia de mercado	16
2.2.5 Papel do governo	19
2.2.6 Estado de direito	23
2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
3 O ÍNDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA	25
3.1 <i>ECONOMIC FREEDOM OF THE WORLD - EFW</i>	25
3.1.1 Metodologia	26
3.1.1.1 Tamanho do governo	28
3.1.1.2 Sistema legal e direitos de propriedade.....	29
3.1.1.3 Solidez monetária.....	30
3.1.1.4 Liberdade de comércio internacional	30
3.1.1.5 Regulação	31
3.2 O DESEMPENHO BRASILEIRO NO EFW	32
3.2.1 Tamanho do governo	35
3.2.2 Sistema legal e direitos de propriedade	36
3.2.3 Solidez monetária	36
3.2.4 Liberdade de comércio internacional	37
3.2.5 Regulação	37

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
4 DESENVOLVIMENTO E LIBERDADE: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	40
4.1 O QUE OS ESTUDOS SUGEREM	41
4.2 OUTRAS CORRELAÇÕES IMPORTANTES	49
4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
5 CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	56
ANEXOS.....	58

1 INTRODUÇÃO

A crise financeira de 2008 nos EUA que logo se espalhou para as demais economias desenvolvidas e para comunidade econômica europeia, em alguns aspectos agravada por peculiaridades inerentes ao desenho da moeda única na comunidade econômica europeia, colocou em dúvida o desempenho de economias de mercado e do próprio capitalismo como a forma mais eficiente de gerar riqueza, renda e bem-estar. Nesse trabalho, aborda-se de forma bastante introdutória o impacto da liberdade econômica sobre o desempenho das economias e a correlação entre economias livres organizadas a partir da descentralização dos mercados e os indicadores socioeconômicos em geral.

Dentro da teoria liberal destaca-se a ideia de liberdade econômica, que considera cada pessoa livre para usufruir de seu bem da maneira que lhe convier. Para mensurar o nível de liberdade econômica dos países, um grupo de pesquisadores elaborou anualmente o *Economic Freedom of the World Report* que busca mensurar o impacto da liberdade econômica sobre o bem-estar e desempenho econômico em geral dos países.

O objetivo deste trabalho é apresentar de forma introdutória uma visão abrangente da teoria liberal de e alguns aspectos metodológicos da elaboração do índice de liberdade econômica. Por fim, objetiva-se também analisar a evolução recente dos indicadores de liberdade econômica para vários países diferentes e, principalmente, para o Brasil.

Ainda, pretende-se avaliar a dinâmica do crescimento das nações quando comparada ou correlacionada com seus indicadores de liberdade econômica estimados. Assim, se pretende relacionar a liberdade econômica com o crescimento econômico e social dos países. Para tanto se utilizou da pesquisa divulgada pelo *Fraser Institute* acerca do índice de liberdade econômica. O projeto elaborado pelo instituto agrega informações referentes a 152 países em áreas determinantes para a mensuração do nível de liberdade econômica de uma sociedade.

O trabalho possui três capítulos: no primeiro será retomada a teoria liberal de forma sintética, assim se criará condições para o entendimento dos parâmetros do relatório. Na segunda parte, apresenta-se a metodologia de formulação do índice de liberdade econômica e sua história. Nesta parte ainda serão discutidos os resultados gerais das estimativas obtidas e analisa-se, em um nível mais detalhado, o

desempenho do Brasil para o ano de 2013. Por último através de análises de correlação estima-se grau de correlação entre liberdade econômica e desenvolvimento socioeconômico no e para o Brasil.

2 O QUE É LIBERALISMO?

Este primeiro capítulo tem o objetivo de fazer uma síntese da teoria liberal, na qual o índice de liberdade econômica é baseado. Serão abordados os autores mais relevantes e os conceitos que os mesmos desenvolveram. A primeira parte se preocupa em contextualizar a teoria para entender seu surgimento respondendo às questões aonde, quando, e como surgiu a teoria liberal. A segunda parte trata dos principais conceitos nos quais a teoria se sustenta e desenvolve, segundo as diferentes visões dos autores utilizados.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Pode-se dizer que o nascimento da teoria liberal se deu em duas fases distintas, portanto há dois lugares, datas e contextos diferentes a serem explicitados e compreendidos antes de conceitualizar o liberalismo. De acordo com Stewart Jr. (1988) essa diferenciação pode ser entendida, num primeiro momento, como a gestação da teoria. O segundo é caracterizado como o nascimento propriamente dito do liberalismo. Nos parágrafos abaixo o motivo dessa diferenciação se tornará mais claro. Seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos parte-se para a contextualização da gestação da teoria.

O período que se está vislumbrando é o final do século XVIII e início do XIX, quando Adam Smith publica, em Londres, seu livro mais conhecido, intitulado *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. É desta obra que se extrai o termo mão invisível, tanto debatido desde então entre liberais e não liberais. No livro Smith descreve o funcionamento do sistema comercial vigente na época, não se atendo a conceitualizar o que observava, por isso a divisão em duas fases da história do liberalismo. Stewart estabelece esse momento como a gestação da teoria.

Smith escreve em uma época de transição entre o sistema econômico vigente no mundo. O mercantilismo estava sendo colocado em prova, juntamente com a forma de organização política das monarquias absolutistas. A população estava se dirigindo para uma forma de organização onde o governo já não tinha o controle total do que acontecia na comunidade. Por ser o primeiro a estudar a sociedade sob o aspecto da organização comercial, Smith é considerado o pai da ciência econômica.

Terminando de se estabelecer a primeira fase do liberalismo se parte para o segundo momento de seu desenvolvimento.

Segundo Stewart Jr (1988) o liberalismo como teoria consolidada nasceu na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial. Os liberais assim preferem determinar, pois, apesar do ideário liberal já ter sido verificado na realidade – por Smith – não o foi definido como os integrantes da Sociedade *MontPèlerin* o fizeram, consolidando a doutrina liberal

A rigor, a nosso ver, a expressão *nascimento* se aplica melhor no caso. O fato de o liberalismo só ter sido enunciado e explicitado recentemente nos permite considerar o período anterior como um período de “gestação”, quando ainda não havia plena consciência do que fosse o ideário liberal. Na realidade, o liberalismo é uma ideia moderna e muito pouco conhecida. A maior parte dos nossos contemporâneos não sabe o que é liberalismo porque não o viveu na prática, e não o conhece na teoria porque só agora as obras a seu respeito começam a ser divulgadas e traduzidas para os diversos idiomas. (STEWART JR., 1988, p. 32).

A Escola Austríaca, corrente de pensamento liberal iniciada na Áustria por Carl Menger, através da sua teoria subjetiva de valor, Eugene Böhm-Bawerk, Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek, foi a principal divulgadora das teorias liberais, tendo reunido o conhecimento discricionário anteriormente exposto e o condensado. Ainda foi o berço da Sociedade *MontPèlerin*, tendo como seu fundador Hayek, em 1947, (The Mont Pelerin Society, [2010]) organização que se formou para discutir o rumo do liberalismo após a Segunda Guerra Mundial.

Para entender melhor esta fase é necessário se aprofundar no que estava ocorrendo no mundo na segunda metade do século passado. Este segundo momento está inserido num contexto de destruição, causada pela guerra travada na Europa entre as potências econômicas à época. Com a vitória dos países aliados surge a divisão do mundo entre capitalistas e socialistas, inaugurando o período denominado Guerra Fria, no qual Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) encabeçavam a disputa para ver qual sistema econômico poderia trazer mais desenvolvimento. É neste ínterim de ordem econômica mundial polarizada que o liberalismo toma forma como teoria, fazendo frente aos teóricos que defendiam um maior intervencionismo estatal, seja através do socialismo ou do keynesianismo.

Justamente por se encontrarem em posição de disputa os teóricos não só desenvolviam seus conceitos como também apontavam falhas no lado oposto. Um

exemplo desse debate é o livro de Hayek, *O Caminho da Servidão*. Segundo Hayek (1990), o socialismo teria se utilizado da promessa de liberdade para atrair pensadores liberais, cujas propagandas davam a entender que este pensamento levaria ao caminho da liberdade, porém, aos poucos foi se revelando que o caminho traçado era o da servidão. Ainda “[...] ‘o socialismo sem dúvida não será, ao menos no começo, o caminho da liberdade, mas o da ditadura e das contraditaduras (sic), da mais violenta guerra civil. O socialismo alcançado e mantido por meios democráticos parece pertencer definitivamente ao mundo das utopias’.” (CHAMBERLIN¹, 1937 apud HAYEK, 1990, p. 51).

Após a contextualização da teoria liberal nas suas duas fases pode-se passar para a segunda parte do capítulo, na qual os conceitos e definições serão trabalhados.

2.2 DEFINIÇÕES

Esta segunda parte procura responder duas questões principalmente: o que é e o que propõe o liberalismo? Contudo, não se pretende fazer uma ampla revisão teórica, haja vista os condicionantes e objetivos deste trabalho, para tanto serão destacados os principais conceitos que esta teoria aborda, tendo como guia a questão da liberdade econômica.

Em qualquer estudo sobre economia, a questão central é o entendimento de como se atingir um maior nível de bem-estar com os recursos disponíveis, o que é discutido é a forma como esse crescimento será pautado. No liberalismo não é diferente. Logo, já se pode responder a segunda pergunta destacada acima: o liberalismo propõe que o crescimento da economia, de forma sustentável, se dá através de pressupostos baseados na propriedade privada, estado de direito e economia de mercado. Antes de se abordar os pressupostos, é importante definir o que é o liberalismo.

Seguindo a linha de Stewart Jr. (1988, p. 13) sobre a definição do liberalismo podemos dizer que “[...] é uma doutrina política que, utilizando ensinamentos da ciência econômica, procura enunciar quais os meios a serem adotados para que a humanidade, de uma maneira geral, possa elevar seu padrão de vida.” e a única

¹ CHAMBERLIN, W.H. *A False Utopia*, 1937, p. 202-203.

forma de atingir seu objetivo é por meio da liberdade. Mas qual seria o objetivo do liberalismo? A resposta que este mesmo autor dá é melhorar as condições materiais do ser humano, e não as espirituais, pois considera que o interior do homem não pode ser atingido de fora, apenas de dentro de si mesmo, sendo que o liberalismo cria condições externas para o desenvolvimento interior. Stewart vai mais longe, igualando liberalismo com humanismo, pois seria uma teoria de abrangência global, sem se preocupar com fronteiras entre municípios, estados, países e até mesmo continentes.

Outro autor que se pode utilizar na tarefa de caracterização do liberalismo é Friedrich August von Hayek, que não acredita em regras fixas que determine o ideário liberal, que este evoluiria ao mesmo passo que a sociedade caminha. Assim escreve

Os princípios básicos do liberalismo não contêm nenhum elemento que o faça um credo estacionário, nenhuma regra fixa e imutável. O princípio fundamental segundo o qual devemos utilizar ao máximo as forças espontâneas da sociedade e recorrer o menos possível à coerção pode ter uma infinita variedade de aplicações. (HAYEK, 1990, p. 43).

Como a teoria trabalha o conceito de liberdade como algo muito caro é importante definir o que isso representa para esses autores, pois outra corrente pode ter um entendimento diferente deste termo. A liberdade é definida simplesmente como ausência de coerção de um indivíduo sobre outro indivíduo. Milton Friedman completa: “A liberdade como valor neste sentido está ligada às inter-relações de pessoas; não teria nenhum sentido para um Robson Crusóé numa ilha deserta.” (FRIEDMAN, 1977, p. 21). Ou seja, só haverá liberdade, no sentido capitalista (a organização econômica do liberalismo), se um indivíduo puder exercê-la com outras pessoas e/ou instituições.

Mises (1987) também comunga do conceito de que liberdade só pode ser entendida a partir da análise inserida em um contexto de sistema social, na qual estarão estabelecidas relações inter-humanas. Ao conceituar liberdade escreve “[...]podemos definir liberdade como o estado de coisas no qual a faculdade de o indivíduo escolher não é mais limitada pela violência do governo do que o seria, de qualquer forma, pela lei praxeológica².” (MISES, 1987, p. 61).

² Mises explica o funcionamento da economia através do que denomina de praxeologia, ou seja, a ciência da ação humana.

Após esse pequeno compêndio reunindo alguns autores sobre a definição do liberalismo, e, por conseguinte, respondendo parcialmente a primeira pergunta proposta no início desta seção, se partirá para dentro da teoria a fim de ampliar seus conceitos através dos três pressupostos básicos e ainda adicionando outros que se fazem importantes dentro do estudo da mensuração da liberdade econômica. Como resultado deste exercício se terá a complementação da resposta e a consolidação do entendimento acerca do liberalismo.

2.2.1 Liberdade econômica

Liberdade econômica significa ter o direito da livre escolha sobre a decisão do que fazer com o fator de produção que se encontra sob domínio de determinado indivíduo. Aqui não importa se o que a pessoa possui é apenas sua força de trabalho ou uma determinada quantidade de capital monetário, ou ainda, um bem. Essa liberdade, segundo Stewart (1988), está ligada a suposição de que ninguém poderá obrigar outra pessoa a comprar ou estabelecer qualquer tipo de contrato através da coerção ou fraude.

No caso da força de trabalho, o trabalhador poderá oferecê-la a quem quiser e cobrar o que achar necessário para remunerar as horas dispendidas. Caso não esteja mais satisfeito com a remuneração oferecida poderá, livremente, procurar outro emprego que satisfaça suas condições. Pode ainda ter a liberdade de escolher se renuncia total ou parcialmente aos encargos sociais para receber os valores correspondentes juntamente com seu salário. A organização em sindicatos – tanto empregados quanto empresários – é de livre escolha, sendo o indivíduo o responsável pela decisão de filiação ou não.

Se o fator de produção possuído é um bem ou capital, o indivíduo poderá escolher qualquer atividade para empreender, sem nenhum tipo de restrição à entrada. Por outro lado isto também implica em ausência de privilégios como subsídios, protecionismo e reserva de mercado. O empresário que resolver empreender deverá ser o único responsável pelo lucro e também pelo prejuízo.

2.2.2 Liberdade política

Segundo Friedman (1977), a liberdade política está relacionada com a ausência da coerção de um indivíduo pelos seus pares e, portanto, para preservar essa liberdade, a democracia e a economia de mercado são fatores primordiais, pois descentralizam e distribuem o poder. Ainda afirma que poder político e econômico devem estar separados para que um não influencie o outro.

A teoria liberal trabalha esse conceito de forma bastante relacionada com a liberdade econômica, no sentido de que não é necessário haver liberdade política para se ter liberdade econômica, todavia o contrário não é verdadeiro. É fundamental um ambiente no qual se possa exercer o domínio dos pertences livremente para se participar na ordem política expressando suas idéias sem temer qualquer retaliação econômica. Liberdade política significa a livre expressão de idéias que estejam sendo discutidas na sociedade, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, para se decidir acerca de determinado assunto.

Complementando, Stewart (1988) entende que além da liberdade de expressão, de filiação política, locomoção e crença religiosa as eleições democráticas são indispensáveis para se ter esse direito assegurado.

2.2.3 Propriedade privada

Para abordar um dos principais pressupostos do liberalismo é importante entender a origem do termo propriedade privada. O conceito de propriedade, segundo Pipes (2001), foi concebido na Roma antiga através do termo em latim *dominium*. Porém, a etimologia da palavra propriedade deriva de outro termo em latim, *proprius*, que significa particular de um indivíduo. Pipes ainda afirma que a propriedade pode existir, em determinados casos, sem uma condição de liberdade, porém o contrário, a liberdade não existiria sem a correta definição e aceitação do conceito de propriedade privada.

A idéia de propriedade privada se refere ao indivíduo ter total disponibilidade de seus bens materiais, sua força de trabalho, seu corpo e sua mente, invocando os direitos naturais de Locke. Por ter direitos sobre sua propriedade, o indivíduo também possui responsabilidade sobre o uso da mesma. Caso alguém use sua

propriedade com o intuito de prejudicar outra pessoa, o indivíduo será passivo de punição pelo aparato legal que rege a sociedade.

De acordo com Gwartney e Stroup (1998), a propriedade privada possui três aspectos: o primeiro seria o direito do uso exclusivo, o segundo a proteção legal contra agressores e por último o direito de transferência. Ainda, concluem que em uma sociedade na qual os direitos de propriedade estejam plenamente definidos e estabelecidos, o uso da coerção como forma de competição será drasticamente diminuído.

Há uma grande relação entre liberdade econômica, liberdade política e propriedade privada. Segundo Gwartney e Stroup

Uma das maiores virtudes da propriedade privada é a sua capacidade de impedir a excessiva concentração de poder econômico nas mãos de poucos. A ampla distribuição da propriedade é o maior inimigo da tirania e do uso abusivo do poder. (GWARTNEY, J.; STROUP, R. 1998, p. 51).

A liberdade econômica de se fazer o que desejar com sua propriedade cria condições para a existência da livre expressão política, que é caracterizada pela democracia. Se o indivíduo tiver a possibilidade de fazer o que bem entender com os frutos do seu trabalho e sua propriedade, os empregará de tal forma que obterá o melhor retorno possível, dentro da esfera do mercado de acordo com os princípios da teoria liberal.

Sendo livre para escolher como empregar os fatores de produção o indivíduo também será o único responsável tanto pelo seu fracasso, como pelo seu sucesso. Individualizando os lucros e também os prejuízos. A defesa da propriedade privada se dá simplesmente por desta se extrair o máximo de produtividade o que leva a uma geração de riqueza maior (STEWART JR., 1988, p. 70).

2.2.4 Economia de mercado

Outro pressuposto considerado primordial para os liberais é a economia de mercado, em outras palavras, a forma capitalista de organização econômica. A cooperação entre indivíduos dentro de um sistema capitalista é realizada dentro do mercado. Até hoje este conceito abstrato é confuso para muitas pessoas, mas pode-se considerar que o mesmo não existe apenas como espaço físico, assim como um mercado municipal, onde se encontram diversos produtos, também se faz existir

quando duas ou mais pessoas ou instituições realizam o intercâmbio de qualquer mercadoria. O mercado é a existência de um vendedor em uma ponta e na outra um comprador.

Stewart (1988), se refere ao mercado como um processo de troca de informações, que por sua vez estariam representadas pelos preços, que sinalizam o que deve e não deve ser produzido, portanto constituem fontes de informação que devem ser observadas de perto pelos produtores, pois o cliente, como prefere mais por menos, sempre irá escolher aquele produto que tiver a melhor relação custo-benefício. Logo, se o preço estiver acima do que o mercado definiu, o produtor não irá vender nada, e da mesma forma se o preço estabelecido for menor do que o de mercado o capitalista terá prejuízo e acabará fechando sua empresa.

Friedman expõe que o papel do mercado é “[...] ser um sistema de efetiva representação proporcional.” (FRIEDMAN, 1977, p. 30). Ainda destaca que quanto maior for a abrangência do mercado no âmbito das atividades, menos se requer decisões políticas, que exigem a custosa concordância da maioria dos indivíduos, mantendo assim uma maior probabilidade de manter uma sociedade livre.

Retomando Stewart (1988), as intervenções no mercado, através da concessão de subsídios, congelamentos ou qualquer outra ação deliberada de governos, afetariam a correta transmissão de informações entre os agentes participantes – comprador e vendedor – pois deformariam os preços, os quais não espelhariam a real necessidade de ambos os lados, acarretando na desorganização da produção e oferta de serviços. Friedman (1977) também condena o controle de preços, que se posto em prática, acabará com a economia de mercado, pois não existiria melhor sistema de racionamento de produtos, serviços e trabalho que a lei da oferta e procura na qual é baseado a economia de mercado.

Uma economia de mercado também pressupõe liberdade de entrada em qualquer ramo de atividade. Segundo Friedman (1977), se a liberdade de entrada for assegurada se criará um ambiente natural para a competição entre as firmas, que aumentará conforme o lucro das atividades for evoluindo. Isto cria um meio muito propício à inovação constante, no qual cada empresa busca diferenciar seu produto com a finalidade de aumentar seu ganho. O consumidor só tem a ganhar com a competição no livre mercado, pois os produtos tendem a baixar de preço e sua qualidade aumenta. Por conseguinte, os lucros dos empresários diminuem.

Aqui se pode ver nitidamente a idéia de um ciclo, no qual o primeiro estágio é constituído por poucas empresas elaborando um produto a preço x e lucro y . Conforme novas empresas vão entrando na disputa pelo espaço de mercado, os produtos e serviços oferecidos tenderiam a baixar de preço, o que constituiria o segundo estágio. Na medida em que outras empresas entrassem na disputa, a competição entre elas faria com que novos produtos fossem surgindo, para que se crie um novo nicho de mercado, com mais possibilidades de ganho. Este terceiro estágio fecha o ciclo proposto, pois com o novo mercado, outras empresas se interessariam em oferecer esses produtos aos consumidores. A competição é tão cara para a teoria liberal que se atribui ao governo o papel de assegurar a livre concorrência entre as empresas.

Friedman (1977) quando complementa que o estabelecimento de um mercado livre contribuiu para a redução da discriminação, pois nas relações de livre concorrência pouco importam características irrelevantes como credo e raça frente à eficiência econômica, ainda trata o mercado não somente sob o aspecto econômico, mas aborda o lado social deste pressuposto. O avanço que o capitalismo, através da competição empresarial atingiu foi tamanho, que seus teóricos possuem plena convicção de que foi fator essencial no desenvolvimento das capacidades humanas e que por sua vez puderam diminuir a desigualdade no mundo todo.

A teoria liberal tenta tratar o conceito de mercado como imperfeito, assim admite que há falhas que poderão ocorrer e prejudicar os participantes do processo. Neste ínterim o monopólio é visto como fator de impedimento ao desenvolvimento de uma economia e extremamente prejudicial ao consumidor, que teria que pagar mais caro por seus produtos e serviços e, provavelmente, teriam qualidade inferior daqueles desenvolvidos no âmbito da competição. Porém, se admite a necessidade, em alguns casos, da existência de monopólio. Esta decisão se deve às características de mercado, pois seria inviável o estabelecimento de concorrência na distribuição de energia elétrica e água, por exemplo. Neste caso deve-se analisar a necessidade de monopólio estatal ou privado. Sempre que possível o monopólio privado deve se sobrepor ao estatal, pois caso as condições mudem é mais fácil a dissolução de um monopólio privado do que o público.

Mises (1987) complementa a definição de economia de mercado com a noção de ação humana, da qual o mercado seria resultado. A economia de mercado derivaria da interação das pessoas que estariam cooperando através de um regime

de divisão do trabalho, portanto, o estabelecimento deste foi fruto de um longo processo evolucionário que obrigou o homem a se ajustar num ambiente onde não se podiam alterar as condições dadas e progrediu de um estado selvagem para a civilização, o que confere à economia de mercado status de evolução natural.

Mises (1987) ainda destaca alguns conceitos, sem os quais, seria impossível o surgimento da economia de mercado. O primeiro deles é o cálculo econômico, ou seja, o estabelecimento de preços em termos monetários, para que o produtor apure o resultado de seus esforços e tome novas decisões, e também para que o consumidor, na condição de soberano, continue ditando as regras dentro do mercado. O segundo conceito é a possibilidade da acumulação de bens de capital, que é o principal objetivo de quem deseja a melhora das condições de vida atual. Deste conceito se deriva a definição de capital, entendido como um determinado conjunto de bens a ser investido estabelecido em termos monetários. O capital é de suma importância ao cálculo econômico, pois tem nele o seu ponto de partida. O cálculo econômico tem a função de estabelecer se o capital investido está sendo aumentado, preservado ou diminuído. Este conceito seria aplicado no caso dos empresários, para o consumidor a relação deve ser feita a partir da renda, conceito correlativo ao capital.

2.2.5 Papel do governo

De acordo com a teoria liberal o Estado deve ter o menor tamanho possível para que este não interfira na livre iniciativa de escolha da população. Então, simplesmente seguindo esta linha de raciocínio todo liberal deveria querer que o Estado simplesmente não existisse, pois se é preferível um governo o quanto menor possível, não seria melhor nenhum tipo de governo? Ou seja, um estado de anarquia, onde cada indivíduo se encarregaria de suas próprias escolhas e proteção de sua liberdade, sem que haja qualquer tipo de monopólio sobre o uso da violência.

Porém, o estado anárquico é refutado por uma grande parte dos liberais. De acordo com Robert Nozick (2009), o Estado mínimo é preferível à anarquia, pois protegeria de melhor forma a auto-propriedade individual (noção lockiana). Nozick estabelece um exercício mental para se chegar ao Estado mínimo na qual relata que para atingir este estágio final deve-se passar pelo Estado ultramínimo e ainda, antes desse, a sociedade deveria se organizar em agências protetivas privadas.

Assim Nozick esclarece

As principais conclusões que retiramos acerca do estado são de que um estado mínimo, limitado às funções estritas de proteção contra a violência, roubo, fraude, execução de contratos, e por aí em diante, justifica-se; que qualquer estado mais abrangente violará o direito que as pessoas têm de não serem forçadas a fazer certas coisas e não se justifica; e que o estado mínimo, além de correcto, é inspirador. (NOZICK, 2009, p. 21).

A origem do Estado na visão Nozickiana bebe da fonte de Locke, na qual admite um estado de natureza em que cada indivíduo é dono de si próprio tendo direito à vida e a liberdade de fazer o que quiser com seu corpo e suas habilidades.

Caso os direitos naturais sejam violados esses indivíduos deveriam recorrer a algum tipo de defesa, então começam a se organizar em associações protetivas para garantirem a sua própria segurança. Com o passar do tempo os indivíduos não podem dedicar-se exclusivamente às associações, então o processo de divisão do trabalho se encarrega de criar empresas especializadas na prestação de serviços de proteção. Como a lógica de mercado aqui já está em funcionamento, tem-se a concorrência entre diversas associações de proteção, porém somente as mais eficazes sobreviveriam, eliminando as mais fracas e em última instância vai se caminhando em direção ao monopólio desse setor pela empresa dominante. Neste estágio tem-se o que Max Weber chamaria de monopólio da violência autorizada e para Nozick (2009) o nível de estado ultramínimo já estaria delineado.

Como a adesão às associações é voluntária algumas pessoas poderiam não optar pela participação, porém as agências protetivas colocam entraves a essas pessoas, tendo que as compensar oferecendo a mesma proteção dada aos que aderiram. A partir desse momento, quando dentro de um determinado território todos os habitantes estão protegidos por uma entidade que possui o monopólio do uso da violência pode-se entender que o Estado mínimo surgiu. Deve-se ficar claro aqui que o monopólio da violência foi conduzido por uma mão invisível e não imposto aos habitantes da região, ou seja, surgiu de maneira espontânea.

Resumindo o exercício mental elaborado por Nozick: o Estado civil seria naturalmente atingido em uma sociedade pautada pela liberdade e fundada sob os princípios do Estado de natureza de Locke³.

³ Para corroborar sua teoria Nozick perpassa por noções de legitimidade e moral que ficam fora do âmbito deste trabalho, portanto caso fique alguma dúvida quanto a dedução mental que o autor propõe a leitura aprofundada de seu livro Anarquia, Estado e Utopia poderá ajudar.

Ainda, na defesa da existência do Estado numa economia de mercado tem-se
Milton Friedman

A existência de um mercado livre não elimina, evidentemente, a necessidade de um governo. Ao contrário, um governo é essencial para a determinação das “regras do jogo” e um árbitro para interpretar e pôr em vigor as regras estabelecidas. O que o mercado faz é reduzir sensivelmente o número de questões que devem ser decididas por meios políticos – e, por isso, minimizar a extensão em que o governo tem que participar diretamente do jogo. (FRIEDMAN, 1977, p. 23).

Uma economia de mercado livre só é possível se houver um governo que também seja liberal e mínimo. Segundo Friedman “A necessidade do governo [...] está ligada à impossibilidade de liberdade absoluta. Por mais atraente que possa o anarquismo parecer como filosofia, ele não é praticável num mundo de homens imperfeitos.” (FRIEDMAN, 1977, p. 32). Ainda afirma “O governo é necessário para preservar a nossa liberdade [...]” (FRIEDMAN, 1977, p. 11) e para que a mesma não fique ameaçada deve-se limitar o objetivo do governo dentro dos aspectos estritamente necessários e seu poder deverá ser descentralizado.

Suas funções, segundo Friedman (1977) são basicamente: proteger a liberdade contra inimigos externos e compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar contratos privados; promover mercados competitivos e fazer em conjunto o que é mais dispendioso sozinho.

Complementando, Ludwig von Mises (1987) afirma que o Estado tem como tarefa essencial a defesa do sistema social e por tal motivo a cobrança de impostos é totalmente compatível com o exercício da liberdade individual em uma economia de mercado, mas faz a ressalva de que a cobrança deve ser restringida apenas ao custeio das atividades essenciais. Stewart (1988) ainda sustenta que os impostos devem ser estabelecidos da forma mais clara e simples possível e amplamente conhecidos, evitando o dispêndio desnecessário de tempo para compreendê-los, dificultando a sua sonegação.

Retomando a questão da descentralização do poder, ela é tida como necessária, pois “Se o governo deve exercer poder, é melhor que seja no condado do que no estado; e melhor no estado do que em Washington.” (FRIEDMAN, 1977, p. 12). Assim nenhuma instituição terá poder suficiente para atingir a liberdade de qualquer indivíduo, criando um ambiente competitivo onde, se, determinado cidadão não concordar com o que seu prefeito esteja fazendo, ele possa mudar para outra

cidade e assim sucessivamente, o que acaba criando um controle sobre quem está no comando do governo.

Mises (1987) deixa bem claro que para cumprir com seu papel, o governante deve se pautar por uma administração burocrática, pois esta é a única forma de gerir recursos nos quais o que importa é a prestação de serviço à população sem a preocupação de que a receita cobrirá os custos do fornecimento do serviço ou produto. Quando se tratar de um negócio, independentemente de seu tamanho e propósito, em que o lucro seja o seu principal objetivo a gestão burocrática não pode tomar o lugar da gestão empresarial, pois esta última é a única que produzirá o resultado que o empresário espera e que manterá esta empresa viva: o lucro.

A noção tanto de gestão burocrática e gestão empresarial está ligada com a possibilidade ou não do cálculo econômico, onde são considerados todos os custos e receitas para se calcular o resultado obtido durante determinado período – lucro ou prejuízo. Para a teoria liberal o cálculo econômico não pode ser apropriado em regimes socialistas, portanto a burocracia tende a travar o desenvolvimento de uma economia. É por esse motivo que a gestão burocrática em uma economia de mercado deve ser evitada a todo o custo, deixando-a apenas em setores estritamente necessários. Dentre os liberais a discussão sobre governo é bastante ampla, sendo um dos assuntos mais levantados, juntamente com a definição de proteção à propriedade privada.

Segundo Friedman “Para o homem livre, a pátria é o conjunto de indivíduos que a compõem, e não algo acima e além deles.” (FRIEDMAN, 1977, p. 11). Este conceito leva ao entendimento que o estado não é maior e mais importante do que o indivíduo e sim igual, o seu objetivo não é melhor do que o objetivo de uma única pessoa, pois o objetivo da pátria é a soma de todos os objetivos de seus cidadãos.

No que tange aos malefícios de um Estado excessivo, agindo fora das atribuições estritamente necessárias, a teoria liberal é taxativa “Cada passo do governo além de suas funções essenciais [...] é um passo a mais no caminho que conduz diretamente a um sistema totalitário no qual não haja liberdade alguma” (MISES, 1987, p. 62-63). O que pode ser visto também na obra de Friedman quando escreve que “Toda a ação de intervenção governamental limita a liberdade individual diretamente e ameaça a preservação da liberdade indiretamente[...].” (FRIEDMAN, 1977, p. 37). Ainda, ao olhar os regimes socialistas da época – década de 60 – em que escreveu o livro *Capitalismo e Liberdade*, Friedman comenta que “[...]ficará claro

que a diferença entre a operação real do mercado e sua operação ideal – embora realmente grande – não é nada em comparação com a diferença entre os efeitos reais da intervenção do governo e os efeitos pretendidos.” (FRIEDMAN, 1977, p. 168), e adiciona “A mão invisível fez muito mais pelo progresso do que a mão visível – do Estado – pelo retrocesso.” (FRIEDMAN, 1977, p. 170).

Para corroborar sua idéia de que a intervenção estatal é danosa e seus efeitos só serão vistos no longo prazo, Friedman se utiliza de uma frase de um jurista inglês do início do século XX: “O efeito benéfico da intervenção do Estado, especialmente sob a forma de legislação, é direto, imediato e, para assim dizer, visível. Enquanto seus efeitos maléficos são graduais e indiretos e permanecem fora de vista.” (A.V. DICEY, p. 257-258⁴ apud FRIEDMAN, 1977, p. 171).

O Estado mínimo é lugar comum entre os liberais, porém há diferenças entre as correntes de pensamento liberal. Por exemplo a Escola Austríaca, que tem seus expoentes nas figuras de Ludwig von Mises e Friedrich August von Hayek, não admite a existência de um Banco Central – o que seria fonte geradora de inflação – para controlar a política monetária, e sugere que seja estabelecido uma espécie de padrão ouro novamente, porém havendo moedas privadas concorrendo entre si instaurando a desestatização do dinheiro, ou seja, a perda do monopólio, por parte do Estado, sobre a emissão de moeda. Idéia diferente de seu colega Milton Friedman, um monetarista que defende que o Estado deve garantir a estrutura legal para a política monetária, mas deve fazê-lo através do estabelecimento de regras e não ao bel prazer dos governantes. Para estes últimos, o Banco Central deve ser independente e autônomo, assim poderia limitar a expansão dos meios de pagamentos conforme a geração de riqueza da nação e seu aumento de produtividade. Assegurando essas condições os preços se manteriam estáveis.

Após a extensa definição do papel do governo dentro dos pressupostos liberais parte-se para a análise do que se entende por estado de direito.

2.2.6 Estado de direito

O terceiro principal pressuposto da teoria liberal trata da questão do arranjo institucional sobre o qual as leis estão estabelecidas. O estado de direito é a

⁴ Não foi possível detectar a referência completa de Dicey pois o livro não tinha a parte de referências completa.

evolução final da sociedade organizada e o liberalismo entende que é primordial haver leis que estejam em consonância com os outros pressupostos estabelecidos anteriormente sendo necessário um aparato legal, para que os direitos e deveres dos cidadãos sejam assegurados caso haja alguma discordância. Num ambiente democrático nenhuma pessoa pode ser tratada diferente por razão de suas convicções religiosas, políticas, da raça ou situação econômica. As minorias devem ser respeitadas, como frisa Stewart (1988, p. 76) “O ser humano é a menor das minorias”.

2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a definição do liberalismo e seus pressupostos mais importantes, está completa a resposta que busca entender o que é esta teoria e como ela se relaciona com o trabalho de mensuração da liberdade econômica realizado pelo *Fraser Institute*. No próximo capítulo a preocupação é apresentar este índice e sua metodologia.

3 O ÍNDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA

Neste capítulo será apresentado o índice de liberdade econômica, formulado pelo *Fraser Institute*. Na primeira parte serão abordados a história do índice e todos os seus componentes bem como sua metodologia. Na segunda parte os resultados do relatório de 2013 serão observados de maneira geral e se analisará, com relativa profundidade, o desempenho do Brasil no índice de liberdade econômica.

3.1 *ECONOMIC FREEDOM OF THE WORLD - EFW*

Antes de se começar a apresentar o índice é importante introduzir algumas informações sobre o seu formulador. O *Economic Freedom of the World (EFW)* é elaborado pelo *Fraser Institute*, um *think tank* canadense sem fins lucrativos, independente, sem ligações partidárias e financiado exclusivamente através de doações. O instituto nasceu por meados de 1974 para divulgar o ideário liberal e tem como missão tornar o mundo um lugar mais livre. É considerado a organização mais importante de difusão de idéias dentro do Canadá e uma das 25 de maior relevância em todo o mundo, segundo dados apontados por pesquisa global feita pela Universidade da Pensilvânia (Fraser Institute, [2010]).

Foi através da busca por estudos que ajudassem a entender a dinâmica do crescimento de uma nação que surgiu a idéia de mensurar o quão livre eram os países. Segundo seu diretor nos anos 80, Michael Walker, se algo é importante, deve-se medir. Este lema o levou a convidar Milton Friedman e sua esposa, Rose Friedman, a estabelecer a metodologia correta para se mensurar algo tão difícil como o conceito de liberdade econômica. Em 1984, durante um dos encontros da Sociedade *MontPèlerin* em que se discutiu George Orwell e seu clássico livro 1984, Michael Walker observou que era importante diferenciar liberdade econômica de outros conceitos como liberdade política, democracia e direitos civis. O peso do nome Friedman deu relevância aos seis encontros que se seguiram durante os anos de 1986 até 1994 e atraiu os mais importantes pensadores da ciência econômica, alguns dos quais laureados com prêmios Nobel, como Douglass North e Gary Becker (GWARTNEY J. , 2009).

Foi através desses nomes que James Gwartney aceitou o convite para se juntar ao grupo e desde 1996 publica o índice de liberdade econômica. Após a série de conferências realizadas sob a tutela de Milton Friedman e organizadas pelo Fraser, tendo como incentivador maior Michael Walker, é lançada a primeira edição do relatório. Neste momento inicial se tratou de apresentar o índice dentro do período compreendido entre 1975 e 1995 agrupados a cada cinco anos. A partir de 1997 é iniciada a divulgação do índice em base anual até o presente relatório de 2013. No total foram desenvolvidos 17 relatórios.

O principal objetivo do EFW é definir e mensurar a consistência das instituições e das políticas de cada país em relação à liberdade econômica, ou como diz Hillbrecht (2013), o índice serve como base para avaliar a qualidade institucional dos países. Desta forma pode-se observar a correlação dos indicadores econômicos com a prosperidade material e o bem-estar social das nações. Segundo o relatório do EFW 2013 a liberdade econômica se faz presente quando indivíduos são livres para escolher por eles mesmos e se engajarem em transações voluntárias, desde que não prejudiquem outras pessoas e suas propriedades. O relatório ainda traz os quatro pilares que sustentam a liberdade econômica, sendo o primeiro deles a escolha pessoal, seguido pelo intercâmbio voluntário coordenado pelo mercado, o terceiro é a liberdade de entrar e competir nos mercados e por último a proteção à pessoa e sua propriedade da agressão alheia de terceiros. Para entender como o índice é construído será apresentado a seguir a sua metodologia de análise.

3.1.1 Metodologia

De acordo com o relatório EFW 2013, a construção do índice foi baseada em três princípios metodológicos. O primeiro diz respeito à objetividade dos componentes. Sempre se preferiu utilizar componentes que não envolvessem julgamento de valor ou pesquisas de opinião, para blindar o resultado de visões ideológicas, porém, dada a multidisciplinariedade envolvendo o tema da liberdade econômica e a importância da estrutura legal e regulatória foi necessário utilizar alguns dados baseados em pesquisas e estudos de caso. O segundo princípio é a utilização de dados provenientes de terceiras partes, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Fórum Econômico Mundial evitando a utilização de dados fornecidos diretamente pelos países. O terceiro princípio é a transparência.

Todos os dados e metodologias estão disponíveis para que outros pesquisadores possam colocar em teste o que está contido no relatório e apontar possíveis falhas. Após a apresentação dos princípios metodológicos parte-se para a estrutura do índice.

O EFW 2013 é dividido em cinco grandes áreas:

- a) Tamanho do governo;
- b) Sistema legal e direitos de propriedade;
- c) Solidez monetária;
- d) Liberdade de comércio internacional e
- e) Regulação.

Dentro dessas cinco principais áreas se encontram 24 componentes que por sua vez formam subcomponentes que resultam em 42 variáveis distintas que agrupadas resultam no índice de liberdade econômica. Essas variáveis estão dispostas em uma escala de 0 a 10 onde 0 está relacionado com a total falta de liberdade e 10 com o maior nível de liberdade possível. Quando há subcomponentes eles são agrupados para formar a média do componente respectivo que por sua vez formam a média da cada área e por final as cinco áreas principais formam o *ranking* de cada país dentro do índice. Quanto mais alto o valor da média de um determinado país, ele será classificado acima dos que possuem média inferior. As 42 variáveis componentes do índice de liberdade econômica podem ser observadas no quadro 3.1.

Em se tratando de análises de diferentes países através do tempo se criou um índice encadeado para refletir da melhor maneira as mudanças que ocorrem em períodos mais longos, o mesmo sistema utilizado com o cálculo do PIB para os países. O ano base para o índice encadeado é 2000, e como resultado, o índice encadeado não está disponível para os países adicionados desde aquele ano. Mudanças no índice encadeado de um país ao longo do tempo são baseadas apenas em mudanças de componentes que estavam presentes nos anos adjacentes.

A seguir será apresentado cada um dos cinco principais componentes do índice de liberdade econômica e suas respectivas variáveis.

Quadro 3.1 - Áreas, Componentes e Subcomponentes do EFW 2013 - Fraser Institute

1. Tamanho do Governo	
A. Consumo do governo	D. Alíquota marginal superior de impostos
B. Transferências e subsídios	(i) Alíquota marginal superior de imposto de renda
C. Investimentos e empresas estatais	(ii) Alíquota marginal superior de imposto sobre salários
2. Sistema Legal e Direitos de Propriedade	
A. Independência do judiciário	F. Execução legal dos contratos
B. Imparcialidade dos tribunais	G Restrições regulatórias na venda de bens imóveis
C. Proteção dos direitos de propriedade	H. Confiança na polícia
D. Interferência militar no estado de direito e na política	I. Custos de negócio do crime
E. Integridade do sistema legal	
3. Solidez Monetária	
A. Crescimento monetário	C. Inflação: anos recentes
B. Desvio padrão da inflação	D. Liberdade de possuir contas em moedas estrangeiras
4. Liberdade de Comércio Internacional	
A. Tarifas	C. Taxa de câmbio no mercado negro
(i) Receitas de impostos sobre comércio	D. Controle de movimento de capitais e pessoas
(ii) Alíquota média da tarifa	(i) Restrições a propriedade/investimento estrangeiro
(iii) Desvio padrão das alíquotas	(ii) Controle da capitais
	(iii) Liberdade de estrangeiros para visitar
B. Barreiras regulatórias comerciais	
(i) Barreiras comerciais não tarifárias	
(ii) custos de conformidade de importação e exportação	
5. Regulação	
A. Regulações no mercado de crédito	C. Regulações no ambiente de negócios
(i) Propriedade dos bancos	(i) Requisitos administrativos
(ii) Crédito ao setor privado	(ii) Custos burocráticos
(iii) Controles da taxa de juros/taxas de juros reais negativas	(iii) Condições de iniciar um negócio
	(iv) Pagamentos extras, propinas e favoritismo
B. Regulações no mercado de trabalho	(v) Restrições de licença
(i) Regulações sobre contratação e salários mínimos	(vi) Custos para adequação fiscal
(ii) Regulações sobre a contratação e dispensa dos funcion.	
(iii) Negociação coletiva centralizada	
(iv) Regulações sobre horários	
(v) Custo sobre a demissão de trabalhado	
(vi) Recrutamento	

Fonte: EFW 2013

3.1.1.1 Tamanho do governo

A área 1 indica em que medida os países dependem do processo político para alocar os recursos, bens e serviços da sociedade. Na medida em que o

governo aumenta seus gastos em relação aos indivíduos ou empresas o processo de escolha individual é substituído pelo processo governamental, reduzindo a liberdade econômica dos indivíduos. Isto é tratado por duas variáveis, o consumo do governo (1A) e transferências e subsídios (1B).

O primeiro é medido através da participação percentual do governo no consumo total verificado no país e o segundo como percentual do PIB. O terceiro componente trata de investimentos e empresas estatais (1C). Em se tratando de empresas estatais não há como seguir a lógica do mercado, pois não dependem de investidores para obter capital e consumidores para obter receita, operando, muitas vezes, sob a égide de mercados protegidos. Esta variável é dada pela participação do investimento do governo no investimento total, conforme a relação sobe são dadas classificações menores. O quarto componente, alíquota marginal superior de impostos (1D) é subdividido em dois outros componentes, alíquota marginal superior de imposto de renda (1Di) e alíquota marginal superior de imposto sobre salários e a faixa inicial em que essas alíquotas são aplicadas (1Dii). Quanto maior a alíquota aplicada a rendas relativamente baixas, maior a interferência do governo nas escolhas individuais. Altas alíquotas e limites inferiores de cobrança relativamente baixos são classificados com índices baixos.

Desta maneira se mensura o quanto um país depende de recursos advindos do Estado e seu tamanho relativo (ver ANEXO A).

3.1.1.2 Sistema legal e direitos de propriedade

A área 2 foca no conceito de proteção legal ao indivíduo e sua propriedade adquirida de forma justa. Esta incumbência é dada ao Estado por ser de vital importância em uma sociedade economicamente livre e justa, pois todo o conceito de liberdade se desfaz se não há segurança para se possuir e transacionar aquilo que foi produzido. Os nove componentes dessa área mensuram a efetividade do governo em desempenhar sua função protetiva e a classificação se dá com índices altos àquelas nações que oferecem segurança jurídica ao indivíduo ou organização. Os subcomponentes são: independência do judiciário (2A), imparcialidade dos tribunais (2B), proteção dos direitos de propriedade (2C), interferência militar no estado de direito e na política (2D), integridade do sistema legal (2E), execução legal dos contratos (2F), restrições regulatórias na venda de bens imóveis (2G), confiança

na polícia (2H) e por fim, custos de negócio do crime (2I). Esta área é um das que possuem grande quantidade de estatísticas não objetivas (ver ANEXO B).

3.1.1.3 Solidez monetária

A área 3 destaca a importância da estabilidade monetária para se assegurar os bons fundamentos econômicos como controle à inflação e emissão de moeda. Sem esse meio de troca as transferências de recursos e produtos entre os agentes de mercado são dificultadas. O controle da inflação é de suma importância na medida em que distorce os preços relativos prejudicando a tomada de ação de indivíduos e organizações visando o futuro. Aqui também é considerada a possibilidade de possuir moeda estrangeira em conta bancária nacional e internacional. Quanto mais sólida a moeda for, mais seguro será o planejamento dos agentes e maior a liberdade dos mesmos. Os componentes dessa área são bastante objetivos. Os três primeiros tratam da qualidade das políticas e instituições monetárias relacionadas com a estabilidade de preços no longo prazo. Crescimento monetário (3A), desvio padrão da inflação (3B) e a inflação nos anos recentes (3C). O quarto componente trata da liberdade de se possuir contas em moedas estrangeiras (3D) (ver ANEXO C).

3.1.1.4 Liberdade de comércio internacional

A área 4 trata da facilidade em intercambiar produtos e serviços além das fronteiras de um país. De acordo com Gwartney, Lawson e Hall (2013), quanto menores forem as alíquotas de impostos e as restrições não tarifárias sobre importação, mais livre economicamente o país é, pois os dois agentes envolvidos ganham com os preços menores e a abrangência maior do mercado. Aqui também é levada em consideração a eficiência no controle dos movimentos de capital e humano através das fronteiras. Para obter uma alta nota no índice o país deve possuir baixas tarifas, facilidade de despacho alfandegário, câmbio flutuante, e poucos controles sobre movimentos de capitais e pessoas. Quatro componentes formam esta área: tarifas (4A), barreiras regulatórias comerciais (4B), taxa de câmbio no mercado negro (4C) e controles de movimento de capital e pessoas (4D). O componente tarifas é mensurado através de outros três subcomponentes: receitas

de impostos sobre comércio (4Ai), alíquota média de tarifa (4Aii) e desvio padrão das alíquotas (4Aiii). O segundo componente é dividido em dois subcomponentes: barreiras comerciais não tarifárias (4Bi) e custos de conformidade de importação e exportação (4Bi). Ainda há três subcomponentes relacionados com os controles de movimentos: restrições a propriedade/investimento estrangeiro (4Di), controle de capitais (4Dii) e liberdade de estrangeiros para visitar (4Diii) (ver ANEXO D).

3.1.1.5 Regulação

A última área do índice aborda a questão da regulação nos ambientes de negócios, trabalho e mercado de crédito. De acordo com o relatório quanto maior a regulação nos setores de trabalho, empresarial e de crédito, menor será a influência do próprio mercado em determinar a dinâmica desses setores. Com a privação da tomada de decisão, ou ainda o surgimento de empecilhos legais que retardam a ação humana, a liberdade econômica fica ameaçada. Portanto o estabelecimento de salários mínimos e a centralização da negociação entre empresas e funcionários confere ao país um baixo índice. Ainda a participação do governo no setor creditício não é vista com bons olhos pelos formadores do índice, pois, amparados na teoria econômica liberal, é o mercado quem decide as condições de crédito que estarão vigentes em um país, sem possível favorecimento de determinados setores em detrimento de outros devido a programas de incentivo estipulados pelo governo. Outro aspecto abordado por esta área mensura as restrições impostas para se estabelecer a atividade empresarial. Barreiras à entrada de empresas em determinados setores ou ainda a alta burocracia relacionada com a manutenção da atividade empresária conferem um baixo índice ao país. Quanto maior a barreira que se impõe para determinada atividade, mais condições se criam para a corrupção dos agentes públicos com vistas à facilitação de processos e benefícios pessoais.

A área 5 está dividida em três componentes: regulações no mercado de crédito (5A), regulações no mercado de trabalho (5B) e regulações no ambiente de negócios (5C). Estes três componentes são mensurados por uma série de subcomponentes apresentados a seguir. O mercado de crédito é avaliado através de três subcomponentes: propriedade dos bancos (5Ai) que mensura a participação do governo no controle de instituições financeiras, crédito ao setor privado (5Aii) e controles da taxa de juros/taxas de juros reais negativas (5Aiii). Estas duas últimas

variáveis mensuram as condições em que os créditos são concedidos ao setor privado e o estabelecimento de controle sobre o mercado. O setor trabalhista é analisado através de seis subcomponentes: regulações sobre contratação e salários mínimos (5Bi), regulações sobre a contratação e dispensa dos funcionários (5Bii), negociação coletiva centralizada (5Biii), regulações sobre horários (5Biv), custo sobre a demissão de trabalhado (5Bv) e por último o recrutamento (5Bvi). O subcomponente relativo ao ambiente de negócios é estudado através de seis variáveis: requisitos administrativos (5Ci), custos burocráticos (5Cii), condições de iniciar um negócio (5Ciii), pagamentos extras, propinas e favoritismo (5Civ), restrições de licença (5Cv) e por último custos para adequação fiscal (5Cvi). Todos esses subcomponentes agrupados trazem a informação se há regulação excessiva que prejudica a livre iniciativa e o desenvolvimento de mercados livres (ver ANEXO E).

Durante os anos de desenvolvimento do projeto do índice de liberdade econômica se tentou estabelecer pesos diferentes para as variáveis, mas o que se observou foi que o resultado era pouco sensível as diferentes configurações de ponderação dos componentes. Há também a questão da forte relação de interdependência das variáveis, sendo todas de suma importância para o estabelecimento da liberdade econômica, não se podendo destacar uma em detrimento de outra.

Na edição de 2013 do *Economic Freedom of the World Report* são apresentados dados para 152 países e territórios. A seguir será abordado o comportamento das instituições brasileiras.

3.2 O DESEMPENHO BRASILEIRO NO EFW

Antes de destacar o desempenho brasileiro no relatório de 2013 é interessante obter uma visão geral do resultado do índice e observar como outros países importantes se saíram quanto à qualidade de suas instituições. Os dados comentados estão expostos no anexo F.

O primeiro colocado do índice é Hong Kong com pontuação de 8,97, seguido por Cingapura em segundo que obteve 8,73. Logo após aparecem Nova Zelândia (8,49), Suíça (8,30), Emirados Árabes Unidos (8,07), Maurício (8,01), Finlândia (7,98), Bahrain e Canadá ambos com 7,93 e Austrália (7,88), respectivamente. Os

últimos dez colocados são Argélia, em 143º lugar marcando 5,32, República Democrática do Congo (5,23), Burundi e República da África Central com 5,26, Angola (5,17), Chade (4,98), Zimbábue (4,59), República do Congo (4,57), Mianmar (4,08) e, ocupando o último lugar (152º), a Venezuela com pontuação igual a 3,93.

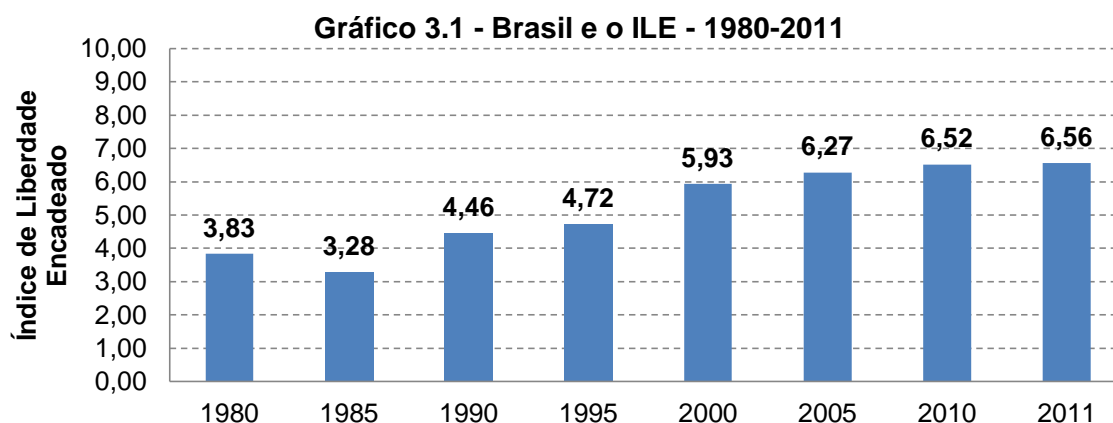
No grupo dos dez melhores classificados não se observa a dominância de nenhuma região especificamente, aparecendo a maioria dos continentes. Porém, o mesmo não pode ser dito dos dez últimos, estando o continente africano em destaque na parte inferior do índice, ocupando oito colocações.

O Chile é o país da América do Sul que possui a melhor colocação, o décimo primeiro lugar atingindo pontuação de 7,87. Já o Brasil segue em 102º atingindo 6,51, empatado com o Quirguistão, e logo depois da Rússia (6,55) na 101ª posição, seguido pela Sérvia com um escore de 6,46 na 104ª posição.

Ainda pode-se destacar a posição de outros países relevantes como Reino Unido 12º com índice de 7,85, Estados Unidos 17º (7,73), Alemanha 19º (7,68), Japão juntamente com a Coreia do Sul em 33º e 7,50 pontos, França em 40º (7,38), Itália em 83º (6,85), China em 123ª (6,22) e Argentina na 137ª posição e pontuação de 5,69.

Após a exposição mais ampla do EFW 2013 pode-se dar continuidade à análise do relatório com foco no desempenho brasileiro. No primeiro momento se tratará de expor uma visão geral sobre a colocação brasileira para depois desenvolver componentes mais específicos.

A pontuação geral do Brasil pode ser conferida no gráfico 3.1, no qual está exposto o índice encadeado, que reflete de melhor maneira as mudanças durante longos períodos de tempo e por tal motivo será utilizado para a análise da evolução brasileira. Pode-se observar que de 1980 até 2011, o índice de liberdade encadeado do Brasil manteve uma tendência positiva, saltou de 3,83 para 6,56, um ganho de 2,73 pontos em 31 anos. Esta evolução, se considerada com o desenvolvimento global, que no mesmo período de tempo cresceu apenas 1,53 pontos (5,34 em 1980 para 6,87 em 2011), obteve resultados bastante positivos. Porém, o crescimento acima da média mundial para o período não foi suficiente para retirar o país da posição intermediária no *ranking*, significando que a liberdade econômica ainda é restringida em certa medida.



Fonte: EFW 2013

Buscando os motivos que levaram ao crescimento, a principal responsável pela evolução brasileira foi a área 3, que diz respeito à questão da estabilidade monetária. Percebe-se, através da tabela 3.1, um salto maior entre 1995 e 2000, justamente quando o Plano Real foi implantado no Brasil, estabilizando a moeda e acabando com a superinflação, o indicador passou de 0 para 6,14 em cinco anos. Outro fator importante no crescimento está relacionado com a abertura econômica do país, correspondente à área 4 do índice. Esta área em 1990 já apresentava melhores resultados, evoluindo de 1,13 pontos em 1985 para 5,14 em 1990. As áreas 2 e 5 tiveram pequenas quedas, mantendo-se relativamente estáveis durante o período analisado. Em 1980 a área 2, relacionada ao sistema legal, agregava 5,86 pontos e em 2011 5,36 e a área 5, correspondente às regulações econômicas, em 1980 marcava 5,16 quando que em 2011, 5,10. A área 1, que trata do tamanho do governo, acompanhou as áreas 3 e 4, porém seu crescimento não foi tão expressivo quanto as mesmas, saindo de 4,61 pontos em 1980 para 7,02 em 2011.

Tabela 3.1 - Desempenho do Brasil no EFW - Índice Encadeado Base=2000 - 1980-2011

	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2011
ILE	3,83	3,28	4,46	4,72	5,93	6,27	6,52	6,56
Colocação	89	104	93	103	89	86	84	82
Área 1	4,61	4,44	6,07	6,13	5,98	6,73	7,00	7,02
Área 2	5,86	5,72	6,19	5,76	5,35	4,77	5,24	5,36
Área 3	0,00	0,00	0,00	0,00	6,14	7,64	7,97	8,20
Área 4	1,36	1,13	5,14	6,83	6,67	7,13	7,13	7,10
Área 5	5,16	4,58	4,74	4,99	5,53	5,05	5,23	5,10

Fonte: EFW 2013

Elaborado pelo autor

O estudo mostra que em 2011 a variável que melhor se destaca é justamente aquela que obteve a pior pontuação há duas décadas, e áreas que possuíam os melhores resultados em 1980 em 2011 correspondem ao oposto, evidenciando a estagnação no tocante à estrutura legal e regulatória do país. A melhor colocação do Brasil neste cenário é a de 2011, 82º e a pior ocorreu em 1985, com o 104º lugar e 3,28 pontos apenas.

Após a contextualização do Brasil num aspecto mais geral, parte-se para a análise pormenorizada dos componentes para o ano de 2011. Os dados estão expostos no anexo G. Por se tratar de análise estática, não será considerado o índice encadeado e sim o não ajustado, que compõe o índice principal do relatório EFW.

Como já foi dito anteriormente, em 2011 o Brasil figura na 102ª colocação geral, com 6,51 pontos. A área 1 marca 7,02 pontos a terceira melhor nota entre as áreas. A área 2 fica com 5,28, a penúltima melhor nota. A área 3 atinge 8,20, a nota mais alta. A área 4 com 7,12, figura como a terceira melhor marca. E, por fim, a área 5 com 4,94, a nota mais baixa do Brasil.

As notas das áreas trazem informações que permitem dizer que há diferentes estágios de desenvolvimento das instituições brasileiras. Enquanto que a autoridade monetária pode ser caracterizada como livre, de acordo com o conceito liberal, as instituições e políticas que tratam da regulação no âmbito dos negócios, trabalho e crédito são avaliadas com pouco grau de liberdade, exercendo forte influência na vida dos indivíduos e organizações. A seguir, todos os componentes do índice serão abordados conforme sua respectiva área.

3.2.1 Tamanho do governo

A primeira área do índice é formada por quatro componentes e dois subcomponentes, totalizando cinco variáveis avaliativas.

Em 2011 o consumo do governo como parte do total consumido (1A) foi de 25,50%, resultando em 4,26 pontos no índice de liberdade, o que seria classificado como uma alta participação do Estado na economia. O quesito de transferências e subsídios em relação ao PIB (1B) atingiu 7,82 pontos com 8,51% de participação, considerado moderadamente livre. Os investimentos e empresas estatais (1C) participam com 15,15% do total, considerado livre, com 8 pontos. O quarto

componente é formado por dois subcomponentes, a alíquota marginal superior de imposto de renda (1Di) e a alíquota marginal superior sobre salários (1Dii), ambas sendo 28% e marcando 8 pontos, também considerados livres.

3.2.2 Sistema legal e direitos de propriedade

A segunda área é composta por nove componentes e traduz a qualidade das instituições de justiça e o tratamento do direito à propriedade. A independência do judiciário (2A) é avaliada com 4,58 pontos, sendo considerada pouco livre. A imparcialidade dos tribunais (2B) também é considerada pouco livre com 4,42 pontos. A proteção dos direitos de propriedade (2C) é relativamente livre atingindo 6,11 pontos apenas. O quarto componente avalia a interferência militar no estado de direito e na política (2D), caracterizado com liberdade relativa, com 6,67 pontos. A integridade do sistema legal (2E) possui um dos mais baixos escores, apenas 3,33, demonstrando que há grandes falhas no sistema legal conforme o ideário liberal. Outro baixo desempenho observa-se na execução dos contratos (2F), com 4 pontos, significando que há dificuldade para impor o que foi contratado, quando necessário. O melhor desempenho nesta área está relacionado às restrições sobre a venda de bens imóveis (2G) com 8,50 pontos, significando que não há muito empecilhos na hora da venda do imóvel. A confiança na polícia (2H) não é suficientemente alta, registrando escore de 5,75. Por fim encontra-se os custos de negócio do crime (2I) que são relativamente facilitados, com pontuação de 4,13.

3.2.3 Solidez monetária

A terceira área do índice é a que mais se destaca, possuindo as melhores notas. O crescimento monetário (3A) em 2011 é avaliado com 9,76 pontos, devido ao aumento de apenas 1,19% na base monetária. O segundo componente da área 2 é igualmente alto, 9,38 pontos, reflexo de um desvio padrão da inflação (3B) de apenas 1,55. A inflação (3C) auferida em 2011 foi de 6,64% acarretando e 8,67 pontos para esta variável. O que prejudicou a média desta área foi o último componente, que está ligado à liberdade de se possuir contas em moedas estrangeiras no país ou ainda contas bancárias fora do território nacional (3D), o que no Brasil apenas o segundo é permitido, atingindo apenas 5 pontos nesta variável.

3.2.4 Liberdade de comércio internacional

O primeiro componente de avaliação da quarta área diz respeito às tarifas internacionais. Por sua vez, dividido em mais três subcomponentes este tópico começa a ser levantado através da receita de impostos sobre o comércio internacional (4Ai) que é de 2,75% em 2011 gerando 8,17 pontos a variável. O segundo subcomponente diz respeito à alíquota média observada (4Aii) que foi de 13,70%, o que originou 7,26 pontos nesse quesito. O terceiro subcomponente faz menção às diversas tarifações existentes, exibindo o desvio padrão das alíquotas (4Aiii) em vigor no país, o desvio para o Brasil foi calculado em 9,86, o que deu um retorno de 6,05 nesta variável, evidenciando que há diferenciação relativa no tratamento das tarifações brasileiras.

Observando o desempenho do segundo componente, há discrepância entre os resultados das duas variáveis que o compõe. A pontuação de 4,86 para barreiras comerciais não tarifárias (4Bi) evidencia que há uma percepção de dificuldades para o produto importado competir no mercado nacional. Os custos de conformidade (4Bii) fecham o componente barreiras regulatórias (4B) no quesito de tempo para importação de produtos, que de acordo com dados de 2011 não são considerados demorados, deixando o escore em 8,01 pontos.

O terceiro componente desta área evidencia que há pouca diferença entre a taxa de câmbio no mercado paralelo e no oficial (4C) conferindo à variável pontuação de 9,73.

Passando para o último componente que forma a área 4 são considerados os controles de movimento de pessoas e capitais (4D). A restrição de investimento estrangeiro no país (4Di) são consideráveis, de acordo com o escore de 5,94, porém não são maiores que os controles impostos ao capital (4Dii) que ficou com apenas 3,08 pontos. O último subcomponente demonstra que há relativa exigência de visto para estrangeiros em viagem no Brasil, com escore de 6,46 pontos.

3.2.5 Regulação

A última área é a que contém maior número de variáveis de composição, e a que menos contribui para o nível de liberdade econômica no país. Segundo os

dados de 2011 há muita restrição tanto no âmbito do mercado de crédito (5A), quanto no de trabalho (5B) e no ambiente de negócios (5C) com 6,50, 4,59 e 3,73 pontos respectivamente. No que tange a questão do crédito observa-se alta participação do Estado no controle do bancos (5Ai) com 5 pontos, mas grande disponibilidade de crédito ao setor privado (5Aii) com 8,50 pontos. Com 6 pontos os controles exercidos sobre as taxas de juros (5Aiii) são relativamente altos.

As restrições no mercado de trabalho são identificadas através da regulação sobre a contratação de trabalhadores e a imposição de salários mínimos (5Bi) que no Brasil foram classificadas com nota 2,23. A regulação sobre a demissão (5Bii) também pesa nesta questão com 3,84 pontos. A centralização da negociação dos salários (5Biii), que o liberalismo condena, é outro fator que puxa para baixo a média, com 5,36 pontos. A rigidez da carga horária (5Biv) aparece com 6 pontos, indicando relativa imposição legal sobre as horas que o funcionário deve trabalhar. Ainda faz parte do levantamento sobre o mercado de trabalho a questão do custo de demissão (5BV) que é considerado relativamente baixo, com 7,13 pontos. Por último trata-se do recrutamento militar e sua duração, que por ser obrigatório no Brasil o país recebeu 3 pontos.

Segundo o relatório, o empresário é o que possui mais restrições. Há grande quantidade de requisitos administrativos (5Ci) para se levar a diante um negócio o que confere 1,70 ponto ao Brasil. Os custos burocráticos (5Cii) também são altos, com classificação em 4,39 pontos. A pontuação de 6,62 também evidencia dificuldades para iniciar um negócio (5Ciii) e por conta das restrições impostas aos empresários surgem condições para a facilitação de processos através de propinas (5Civ) que é classificado com 4,77 pontos. A demora na obtenção e custo de licenças para construção (5Cv) foram avaliadas com 4,93 pontos. E por último o tempo e o custo da adequação fiscal no Brasil são avaliados como sendo bastante restritivos, obtendo escore zero neste quesito.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi exposto até aqui teve a intenção de aprofundar os resultados demonstrados para o Brasil para que houvesse o entendimento da evolução das instituições do país de acordo com a teoria liberal. Tendo explorado a metodologia

do índice e alguns de seus resultados se está preparado para incorrer em algumas conclusões, o próximo capítulo tratará desse assunto.

4 DESENVOLVIMENTO E LIBERDADE: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Neste capítulo serão comentados os resultados do relatório e estudos que analisaram correlações entre o índice de liberdade e diversas variáveis socioeconômicas. O objetivo daqueles trabalhos é testar a hipótese que a liberdade é um fator importante para impulsionar o desenvolvimento sustentável. Num primeiro momento serão observados resultados de levantamentos realizados por alguns pesquisadores. Já na segunda parte, este trabalho analisará estimativas novas daquelas correlações.

A primeira conclusão que se pode extrair do relatório é a importância relativa das instituições para a construção de um ambiente economicamente livre. Ter instituições fortes não significa o mesmo que exercer controle sobre as atividades dos indivíduos, levando-os a atingir um objetivo maior que seria o crescimento econômico. Ao contrário, Instituições fortes são aquelas que eficientemente acompanham o desenvolvimento das atividades sem interferir no seu livre funcionamento. Apenas intercedem para diminuir falhas intrínsecas ao sistema.

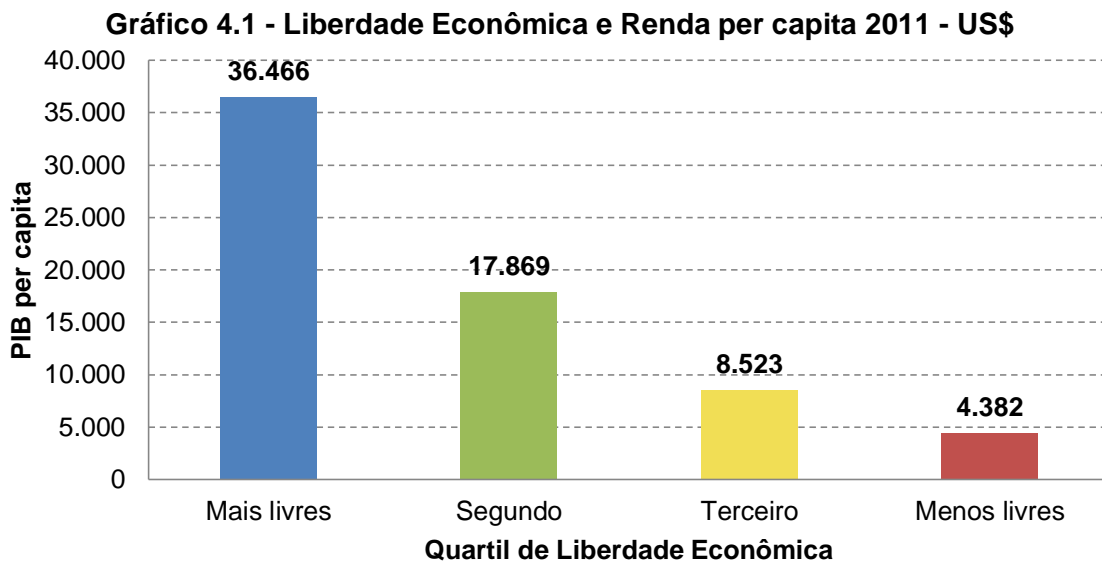
O resultado que se obtém a partir do exame mais aprofundado dos números apresentados pelo relatório EFW 2013 é que a pequena capacidade arrecadatária do governo analisada de forma isolada das outras variáveis não é suficiente para indicar a ocorrência de liberdade econômica. Outros componentes são essenciais para se chegar a um veredicto.

Observa-se, assim, que países como no norte da Europa, Noruega e Suécia, por exemplo, possuem governos que arrecadam boa parte da renda gerada pelos seus cidadãos e figuram nas posições 31º e 29º do resultado geral apesar da pontuação relativa ao tamanho do governo estar figurando entre as últimas, 130º com 5,1 pontos no caso da Noruega e 150º com 3,7 pontos para a Suécia. Já Bangladesh, que figura na 114º posição geral do índice de liberdade econômica, possui pontuação de 8,8 levando em consideração o tamanho do governo, ficando na 4º colocação geral deste indicador. Portanto a liberdade econômica é um conceito maior do que a capacidade arrecadatária do governo.

4.1 O QUE OS ESTUDOS SUGEREM

Os autores do EFW 2013 estimaram algumas correlações entre liberdade econômica e variáveis econômicas e sociais sem, no entanto, chegar a uma relação de causalidade direta ou indireta entre as elas, apenas correlacionando e mostrando que elas caminham juntas, o que pode indicar que uma influencia a outra quando analisadas em conjunto. Essas análises foram feitas dividindo o espectro dos países em quartis de liberdade: 25% mais livres, segundo quartil, terceiro quartil e 25% menos livres.

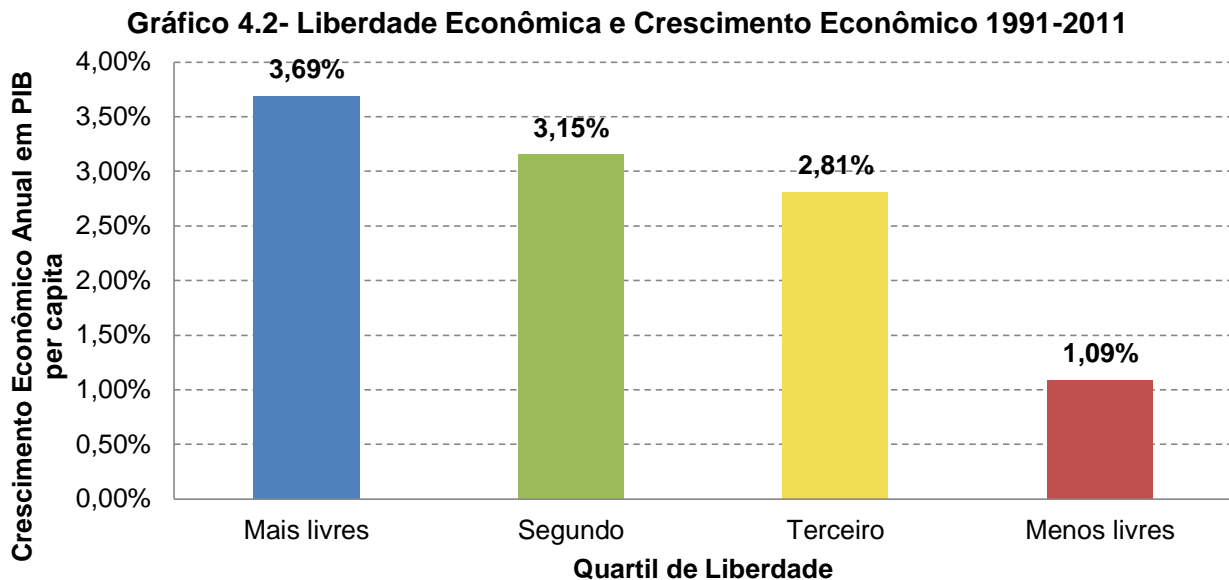
Através dessas relações pode-se observar que o comportamento do PIB per capita acompanha a liberdade econômica, sendo maior nas sociedades em que há mais liberdade, ou seja, quanto maior o índice estimado de liberdade, e menor quando se verifica mais restrições econômicas. Os países mais livres possuem, em média, o dobro da renda per capita do segundo quartil, que por sua vez é duas vezes maior que o terceiro e os menos livres possuem a metade da renda per capita do terceiro. A diferença entre os mais livres e menos livres é maior em 8,3 vezes. Estes dados podem ser analisados no gráfico 4.1.



Fonte: EFW 2013
PIB per capita PPP US\$ 2011

Outra relação que foi explorada pelos autores diz respeito ao crescimento econômico, analisado através do crescimento anual do PIB per capita dos países. Assim, os países mais livres tiveram um crescimento anual de 3,69% em termos de

renda per capita entre 1991 e 2011, enquanto que o segundo quartil mais livre cresceu 3,15%, o segundo 2,81% e os menos livres cresceram, em termos de PIB per capita, apenas 1,09%. Esta análise sugere que há uma correlação positiva entre liberdade e crescimento econômico. Os dados estão no gráfico 4.2.

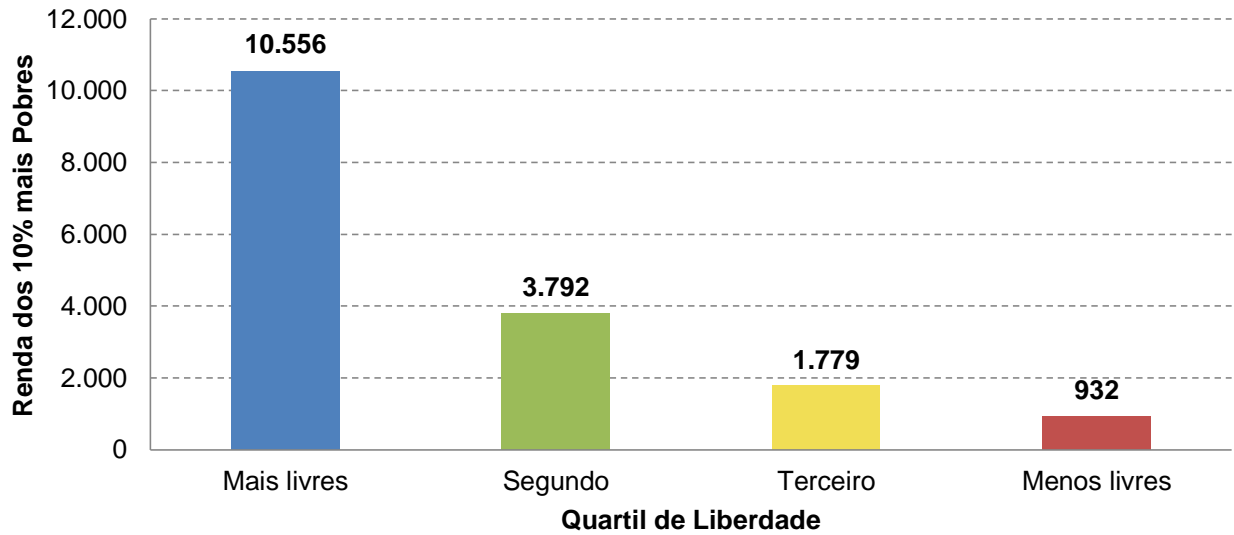


Fonte: EFW 2013
PIB per capita % média anual 1991-2011

Ainda segundo o relatório, os pobres também se beneficiariam com uma maior liberdade econômica. No gráfico 4.3 pode-se observar que a renda dos 10% mais pobres nos países menos livres, que é de US\$ 932, é superada em 10 vezes pela renda dos 10% mais pobres nos países mais livres, atingindo US\$ 10.556. Conforme o nível de liberdade se eleva observa-se que a renda, em termos absolutos, também aumenta para o grupo dos 10% mais pobres.

Migrando-se da questão econômica para a saúde novamente se percebe uma relação positiva com a liberdade econômica. De acordo com o levantamento do relatório, a expectativa de vida nos países aumenta conforme mais liberdade econômica é observada. Em média, os habitantes de países menos livres vivem 60,2 anos, contra 79,2 das pessoas nos países mais livres, resultando em uma diferença de quase vinte anos a mais para quem vive em países que tem mais liberdade econômica. O segundo quartil mais livre tem expectativa de 72,8 anos e o terceiro de 70,7 anos. Os dados podem ser observados no gráfico 4.4.

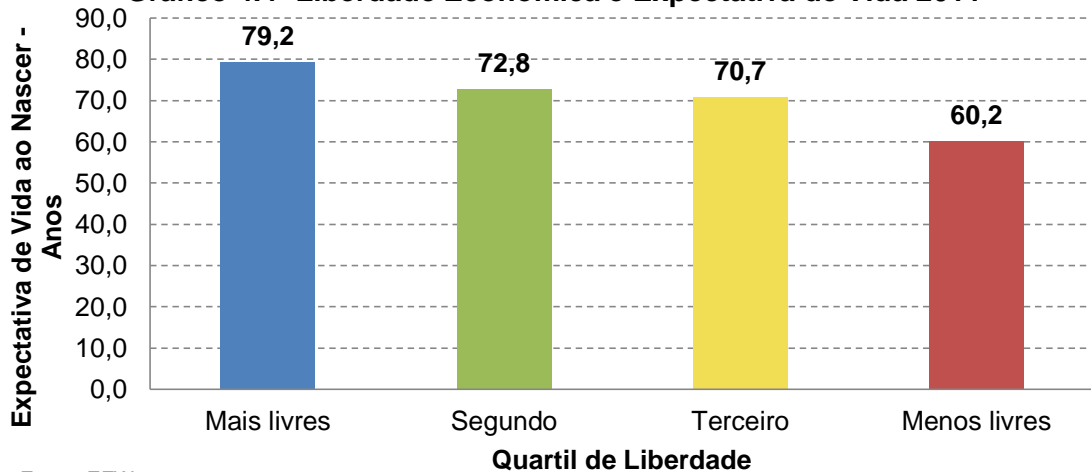
Gráfico 4.3- Liberdade Econômica e Renda dos 10% mais Pobres 2011 - US\$



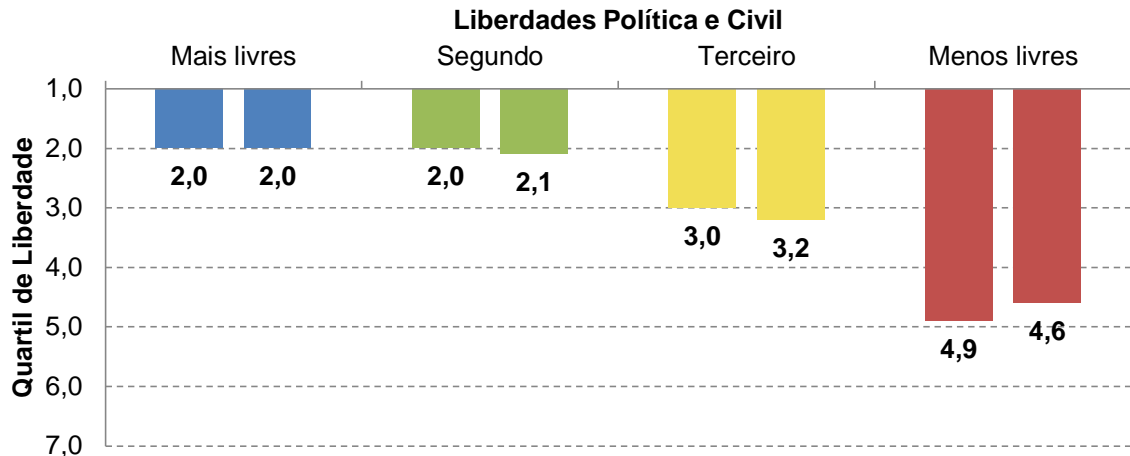
Fonte: EFW 2013
Renda anual per capita dos 105 mais pobres - 2011

A última relação analisada pelos pesquisadores do EFW ampliou o conceito de liberdade para além da econômica. As liberdades política e civil foram comparadas através de levantamento feito por outro instituto de pesquisa o *Freedom House* que considera uma escala de 1 a 7 na qual 1 significa o maior grau de liberdade e sete o menor. Outra vez se verificou maiores liberdades política e civil no quartil correspondente aos mais livres economicamente e menores níveis no último quartil de liberdade econômica. Vide gráfico 4.5.

Gráfico 4.4- Liberdade Econômica e Expectativa de Vida 2011



Fonte: EFW 2013

Gráfico 4.5- Liberdade Econômica e Liberdades Política e Civil - 2011

Fonte: EFW 2013

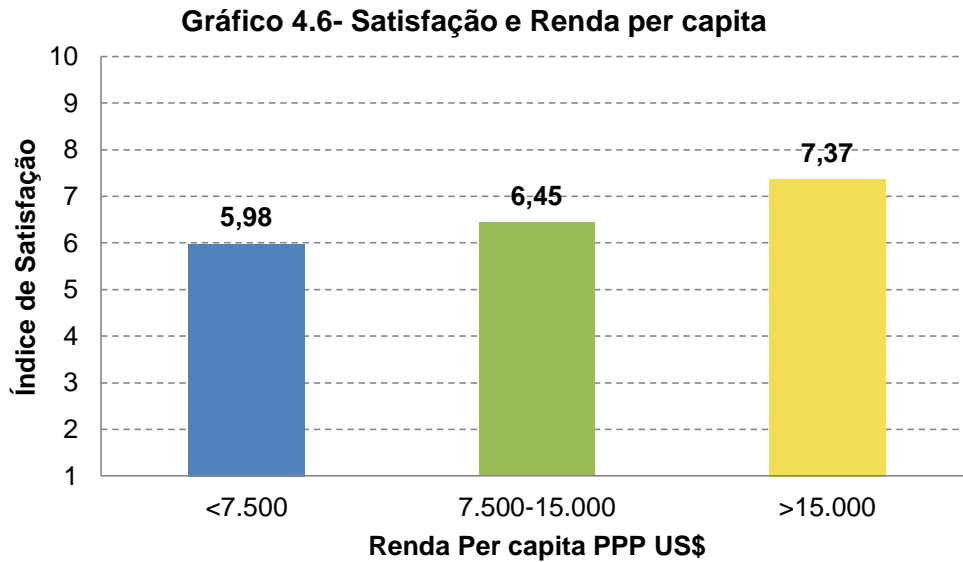
Liberdade política à esquerda e liberdade civil à direita

Seguindo as conclusões que são apresentadas no relatório do EFW 2013 temos Rode *et al* (2013) relacionam a liberdade econômica com o sentimento de satisfação (índice retirado da pesquisa *World Values Survey*, 2009). Naquele trabalho foram feitas três comparações importantes com a satisfação: nível de renda per capita, regime político e liberdade econômica⁵.

A primeira diz respeito à relação entre satisfação e renda per capita (PPP). Observou-se que países com maiores rendas per capita possuem maiores índices de satisfação, ou seja, há uma relação positiva entre felicidade e renda per capita. Os grupos de análise foram divididos entre rendas per capita menores que US\$ 7.500, entre US\$ 7.500 e US\$ 15.000 e maiores que US\$ 15.000. O índice para países com menores rendas foi de 5,98 em uma escala de 1 a 10 pontos, na qual 1 é o menor nível de satisfação e 10 o maior. Já o segundo grupo, com renda intermediária, atingiu 6,45, e os países que possuem as maiores rendas per capita marcaram 7,37 pontos. Os resultados podem ser observados no gráfico 4.6.

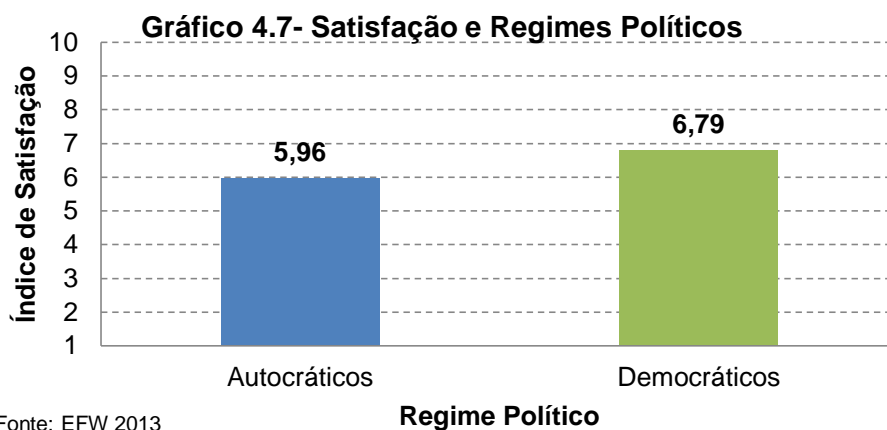
A segunda correlação diz respeito ao regime político. Dividindo os países em grupos onde o governo é considerado autocrático ou democrático, o gráfico 4.7 aponta uma relação positiva entre satisfação e participação política. Observou-se que nos países que foram classificados como regimes autocráticos a satisfação atingiu 5,96 pontos, contra 6,79 dos países que possuem regimes democráticos.

⁵ Neste trabalho procurou-se apenas expor o resultado, para dúvidas quanto à metodologia utilizada recomenda-se a leitura completa do estudo.

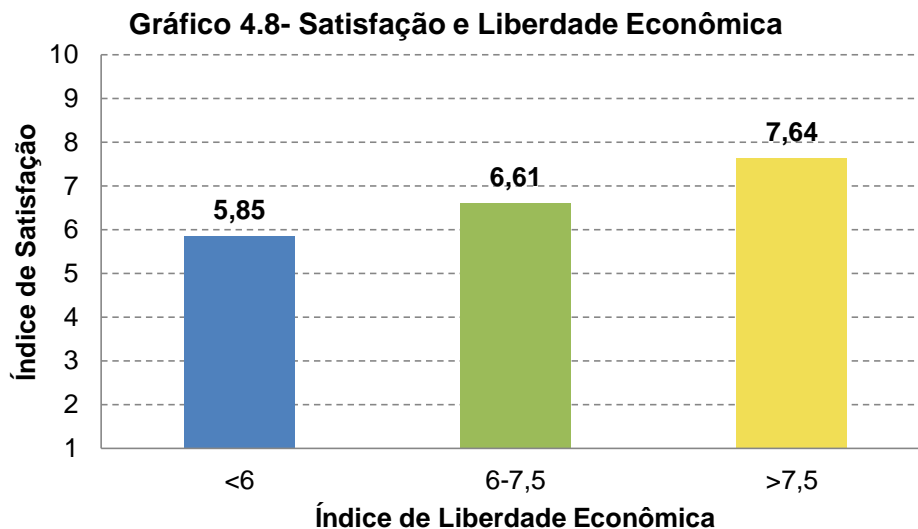


Fonte: EFW 2013
 PIB per capita PPP World Bank 2010

Por fim, os países foram agrupados em três distintas classificações de acordo com seu escore no EFW 2012. A primeira diz respeito aos países com pontuação abaixo de 6. A segunda foi delimitada por pontuação entre 6 e 7,5 e a terceira reunia os países com índices maiores que 7,5. Como resultado observou-se que quanto maior o índice de liberdade econômica, maior o índice de satisfação. Para o grupo com menor liberdade econômica se observou pontuação de 5,85, ligeiramente inferior ao grupo com liberdade econômica em nível médio, que atingiu pontuação de 6,61. O maior escore, porém, foi observado para os países que detinham maior liberdade econômica, 7,64 pontos na escala que vai até 10. Tal resultado é apresentado no gráfico 4.8.



Fonte: EFW 2013



Até este ponto foram apresentadas correlações extraídas do próprio relatório do EFW divulgado em 2013. Procurando complementar a argumentação da importância da liberdade econômica para a economia como um todo, pretende-se ir além e resgatar os resultados dos relatórios anteriores com o intuito de ampliar o conhecimento acerca das consequências da liberdade para o bem-estar em geral.

Dessa forma, James Gwartney (2009) publicou o artigo *Institutions, Economic Freedom, and Crosscountry Differences in Performance*. Nele o pesquisador do EFW apresenta 10 conclusões gerais sobre o papel da liberdade econômica que podem ser extraídos dos dados levantados pelo no *think tank* canadense. São trabalhos empíricos formulados por sua equipe ou por terceiros que utilizaram os dados disponibilizados pelo projeto do índice de liberdade para testar suas hipóteses e correlacionar a liberdade econômica a outros fatores de crescimento econômico.

Segundo Gwartney (2009) a primeira lição que se pode tirar do projeto EFW é que os investimentos privados, considerados como parcela do PIB, são maiores conforme os níveis de liberdade econômica vão crescendo. Gwartney (2009) relata que com a redução cada vez maior dos custos de transporte e comunicação as decisões de investimento ganharam um domínio maior, com o capital fluindo para as regiões aonde irão ter o melhor retorno financeiro.

Seguindo a linha do investimento privado, o autor trata da questão da produtividade dessas atividades na segunda lição. Através da pesquisa realizada (GWARTNEY J. , 2009), observa-se que o capital de origem privada como parte do PIB é mais eficiente quando se toca na questão da produtividade, aumentando

conforme o nível de liberdade econômica se eleva. Em alguns casos a produtividade seria 80% maior nas economias mais livres do que nas que possuem mais restrições.

A terceira lição evidencia a correlação positiva existente entre o EFW e a velocidade do crescimento econômico. As economias que possuíam maiores liberdades econômicas tiveram um acréscimo na taxa de crescimento durante os períodos de 1980 e 2000 se forem comparadas com países que possuíam menores liberdades. Gwartney (2009) ainda ressalta que as economias que tiveram maior crescimento no nível de liberdade econômica durante os anos 80 demonstraram maior crescimento econômico na década seguinte. Ao testar a relação inversa o autor apresenta um dado interessante, no qual afirma que países com menores taxas de crescimento em 1980 apresentaram melhor desenvolvimento do índice de liberdade econômica em 1990, o que reforça a tese de que as reformas estruturais são mais suscetíveis a ocorrerem em tempos de restrições econômicas.

A quarta lição já foi abordada anteriormente e diz respeito a renda per capita e nível de liberdade econômica. Como já foi analisado, a relação encontrada é positiva havendo renda per capita maior nos países que possuem mais liberdade.

Na mesma medida que a lição precedente, a quinta também já foi abordada previamente e ressalta que a variável gasto do governo como parcela do PIB não é uma boa estimativa isolada de liberdade econômica. As instituições teriam um papel importante para estabelecer limites de atuação do governo.

A sexta lição trata da confiabilidade existente no mercado. Sendo expressa através de um sistema legal confiável. De acordo com James Gwartney (2009) países que possuam um sistema legal que protege a propriedade privada e cumprem contratos de maneira igualitária garantem um elevado nível de renda per capita. Esta afirmação está relacionada com os componentes da área dois do EFW, que fazem consideração ao arcabouço institucional da justiça. Tamanha é a importância da estrutura legal que ela poderia explicar sozinha grande parte da renda per capita de um país.

Partindo para a sétima lição, Gwartney (2009) afirma que economias mais abertas tendem a ter maiores taxas investimentos privados. Aqui se faz relação com a área quatro dos componentes do índice do EFW, que trata justamente da abertura externa da economia do referido país. Por se tratar de uma economia mais aberta,

os investidores privados tem mais facilidade para identificar oportunidades e tomar decisões.

Chegando à oitava lição que Gwartney relata, observa-se a relação entre corrupção e regulação dos mercados e suas atividades. Em seu artigo, o autor estabelece uma correlação positiva entre essas duas variáveis, observando maiores níveis de corrupção quando existem mais entraves à livre iniciativa. Com a possibilidade de obter vantagens em processos complicados e demorados os agentes do Estado que controlam a atividade oferecem facilidades em troca de subornos, ou ainda agentes privados oferecem retribuições caso seu processo for facilitado. Aqui também é identificada a ação de grupos de interesse que se ligam a determinados agentes políticos com capacidade de estabelecimento de normas para reservar direitos especiais a essas alianças.

A nona lição apresentada por Gwartney (2009) retoma a questão da pobreza. Para tanto foram utilizados os índices de pobreza de US\$ 1 e US\$ 2 por dia em comparação com as alterações ocorridas no EFW. Segundo Gwartney (2009) a cada aumento da ordem de 1 ponto no índice de liberdade durante o período de 1980 e 1995, a redução do indicador de pobreza de US\$ 1 por dia foi de 4,2% ao final do período. Já no caso da medida em US\$ 2 por dia a redução chegou a 6,7%. Os dados apresentados corroboram a afirmação de que a pobreza é reduzida quando se criam instituições e políticas consistentes com a liberdade econômica.

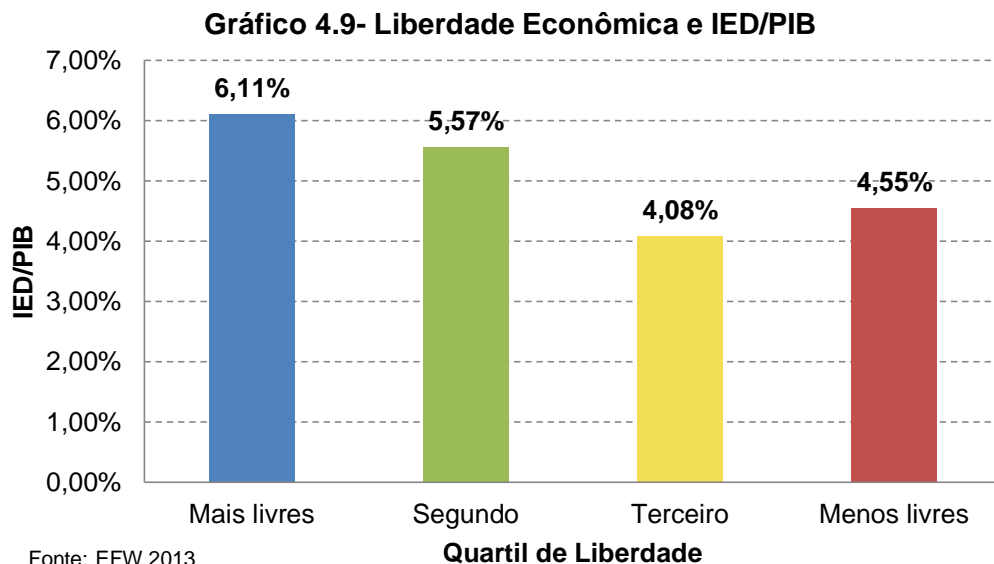
Finalizando, a décima lição chama a atenção para o caso africano. O fraco desempenho dos países da África Subsaariana no índice de liberdade econômica, segundo Gwartney, diz respeito a três questões básicas identificadas através da análise dos componentes das áreas 2, 4 e 5 do relatório do EFW. A primeira seria o sistema legal que possui grandes deficiências, não protegendo os indivíduos e criando condições de favorecimento a certos interesses. A segunda está ligada às restrições de comércio, que dificultam a circulação de mercadorias impondo processos demorados e custosos, acarretando em altos preços ao consumidor final. E a terceira trata da forte regulação dos negócios, que inibe a iniciativa privada ao tornar o ambiente mais custoso a quem deseja iniciar uma empresa, ou mesmo expandir sua área de atuação.

Tais resultados expostos acima instigaram outros pontos que também poderiam ser abordados e seus dados analisados para observar a relação existente com a liberdade econômica. Esta é a proposta da próxima seção.

4.2 OUTRAS CORRELAÇÕES IMPORTANTES

Com o intuito de complementar os resultados, analisou-se também outras variáveis que poderiam ter algum grau de correlação com a liberdade econômica. Foram selecionados indicadores econômicos e sociais para se ter uma visão mais abrangente possível do alcance e influência da liberdade sobre o desenvolvimento de um dado país.

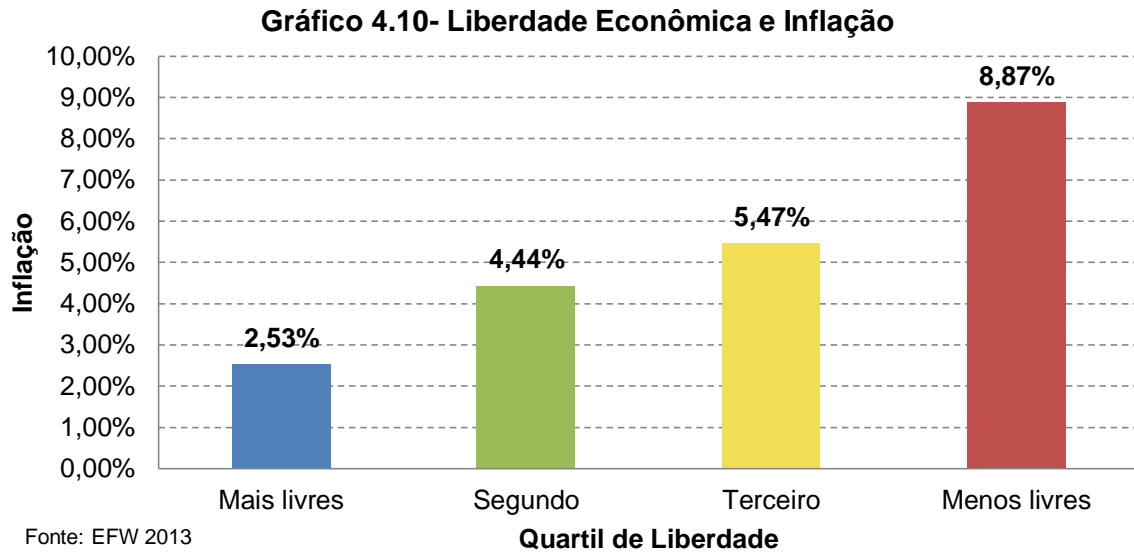
Atualizando os dados da relação encontrada em Hillbrecht (2013), a primeira variável abordada é o investimento externo direto (IED) como proporção do PIB. No gráfico 4.9 observa-se a correlação existente com a liberdade econômica. Assim, nos países com maior liberdade econômica o fluxo de capital atraído é maior do que naqueles que possuem índices de liberdade menores. Pode-se entender que a facilidade em investir num determinado país influencia diretamente a liberdade econômica.



Fonte: EFW 2013
World Development Indicators 2014
 Elaborado pelo autor

A estabilidade da moeda é algo fundamental para o arranjo social equilibrado, portanto é interessante observar como a inflação se comporta quando comparada ao comportamento do índice de liberdade econômica. No gráfico 4.10 pode-se observar que a inflação está negativamente relacionada com a liberdade econômica. Quanto

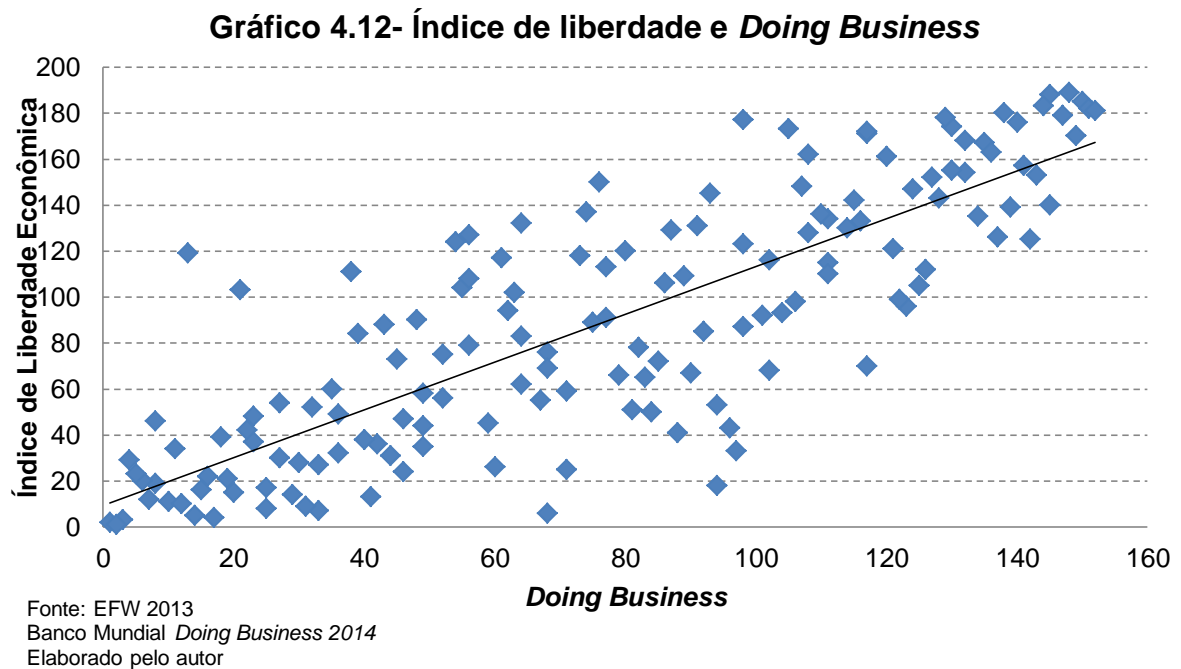
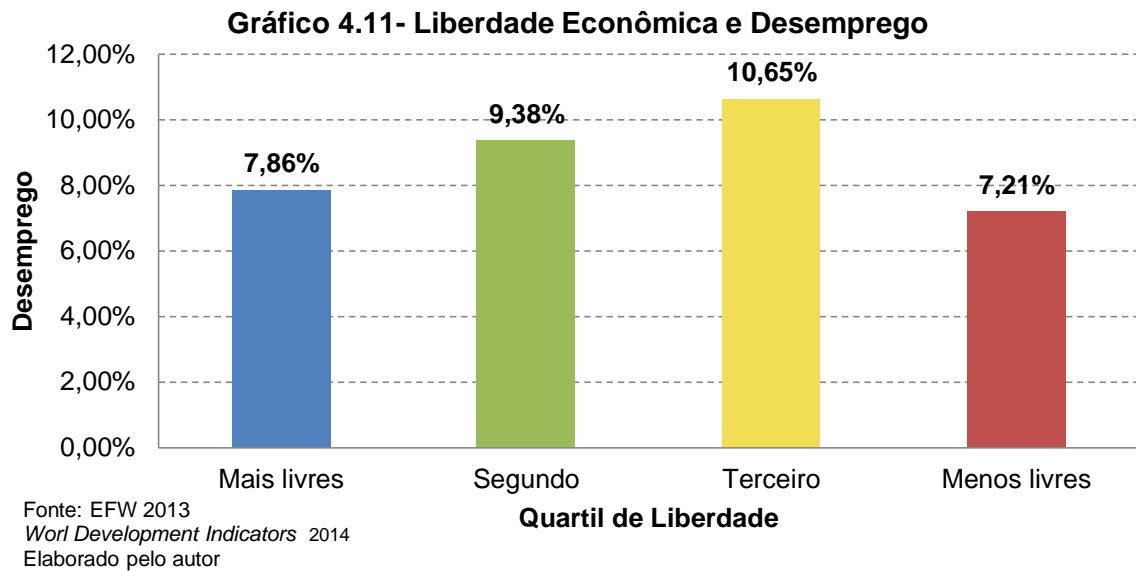
mais livre um país, menor será o índice de inflação apurado, fazendo com que a população não sofra com a relativa diminuição do poder aquisitivo.



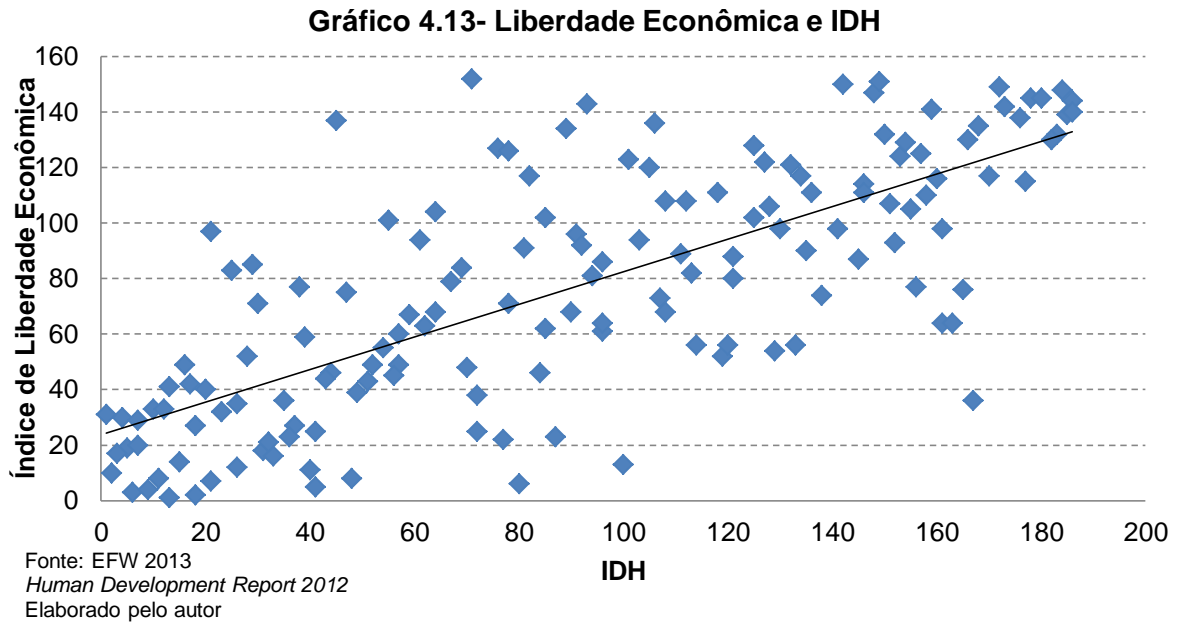
Fonte: EFW 2013
World Development Indicators 2014
 Elaborado pelo autor

Em se tratando de mercado de trabalho, se observa no gráfico 4.11 que o desemprego é menor nos países menos livres, porém é interessante notar que dentro desta classificação se encontram principalmente países africanos que possuem economias intensivas em mão-de-obra, haja vista o peso de indústrias extrativistas e da agricultura no PIB dessas nações. Feita a ressalva para este caso o resto da amostra denota relação negativa com o índice de liberdade econômica sendo a taxa de desemprego menor nos países mais livres do que no segundo quartil de liberdade e este, por sua vez, tendo nível de emprego maior do que o terceiro quartil de liberdade.

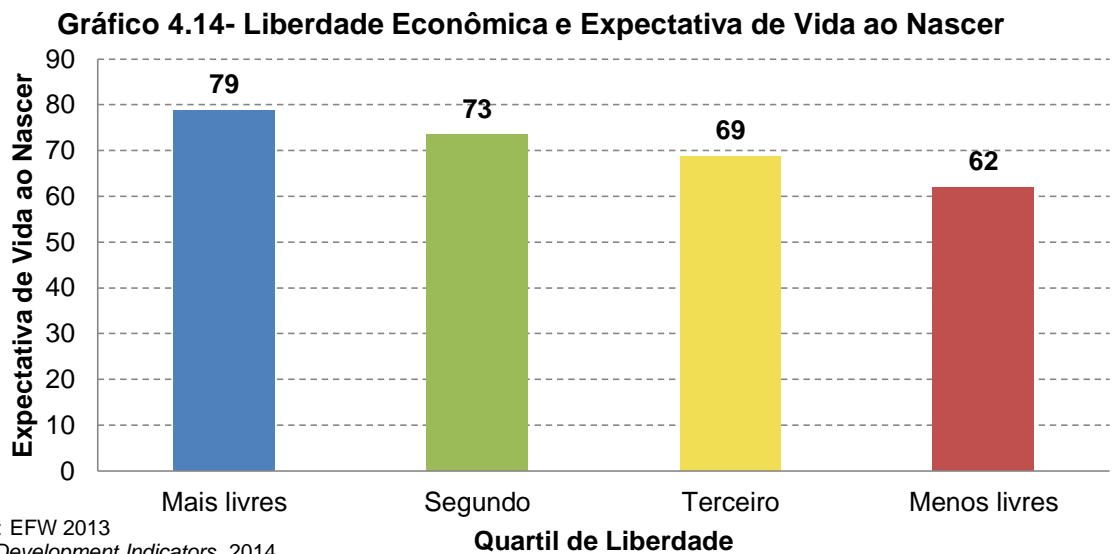
Quando se trata da facilidade de se fazer negócios em determinado país o índice divulgado pelo relatório *Doing Business* do Banco Mundial é a principal referência para este tipo de indicador. Por tal motivo este trabalho observou a relação existente entre liberdade econômica e facilidade no ambiente de negócios. Atualizando os dados da relação encontrada em Hillbrecht (2013), o resultado demonstra índice de correlação de 0,82 entre os dois indicadores, que significa uma forte influência de um ambiente propício para o desenvolvimento e operação de empresas na liberdade econômica. A relação pode ser observada através do gráfico 4.12.



Ampliando a análise do tema econômico para o desenvolvimento social foi observada a correlação existente entre liberdade econômica e o índice de desenvolvimento humano. Atualizando os dados da relação encontrada em Hillbrecht (2013), o coeficiente de correlação encontrado foi de 0,74 (gráfico 4.13), indicando possível influência da liberdade para se obter melhores condições de vida.



Abordando o tema da saúde em relação à liberdade econômica foi observada a expectativa de vida de acordo com os diferentes quartis de liberdade. Ficou claro que há uma forte influência da liberdade econômica na saúde da população, pois países que registram expectativas de vida maiores são justamente os mais livres. Isto pode ser observado pelo gráfico 4.14.



4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As correlações analisadas neste capítulo apontam para uma relação positiva existente entre liberdade econômica e desenvolvimento. Seja analisando o PIB per capita, ou expectativa de vida, ambos apresentam melhores resultados em países que possuem índices de liberdade mais altos.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho abordou, através do índice de liberdade econômica, a relação existente entre desenvolvimento e a corrente liberal de pensamento econômico. Observou-se que os países que obtiveram melhores resultados e tiveram maiores avanços em suas economias e bem-estar social são aqueles que possuem os índices mais altos de liberdade econômica.

Conforme exposto no capítulo dois, a teoria liberal está baseada em princípios construídos visando a ação individual dos agentes, pois, desta forma, os incentivos estariam sendo definidos corretamente. Os princípios observados estão relacionados com estado de direito, economia de mercado e respeito à propriedade privada. O primeiro se refere a um sistema judicial no qual a lei é aplicada para todos, sem distinção entre mais afortunados e menos afortunados e a legalidade é respeitada, criando melhores condições para se estabelecer contratos. O segundo está regido pela lei de oferta e demanda, na qual é o consumidor quem tem o poder soberano de escolher os produtos que melhor lhe satisfaçam, estabelecendo preço e quantidade a ser produzida. O último, mas não menos importante, é a forma como as conquistas individuais são tratadas na sociedade. A conquista da propriedade privada é tida como melhor incentivo para se ter desenvolvimento sustentável, por isso a sua posse deve ser protegida, assegurando ao proprietário completa disposição de seu bem.

Já no capítulo três, observa-se como foi construído o índice de liberdade econômica. Baseado no ideário liberal, os componentes do índice tratam de tornar os pressupostos do liberalismo objetivos a ponto de melhor refletir as condições observadas nos países estudados. Neste capítulo também verificou o desempenho brasileiro no relatório. Com posição menos privilegiada, pode-se considerar o Brasil um país pouco livre economicamente, onde há problemas importantes no âmbito do sistema judiciário, tornando o ambiente instável para investimentos. Ainda percebe-se grande interferência do governo nas decisões econômicas do país, o que prejudica o desenvolvimento e tolhe a livre escolha de seus cidadãos. Seguindo esta linha há relativa preocupação quanto a livre disposição dos bens privados, devendo o cidadão observar uma série de regulamentos impostos pelo Estado. Mesmo com o avanço dos últimos anos o Brasil ainda não conquistou uma posição entre os países

desenvolvidos que possuem economias mais liberais, tendo ainda um árduo caminho a ser percorrido.

Seguindo para o capítulo quatro, se constatou a existência de uma estreita correlação entre liberdade econômica e crescimento. Um importante resultado observado foi que a liberdade econômica não está simplesmente relacionada com uma menor participação do Estado na economia, mas sim engloba conceitos como, estado de direito e proteção à propriedade privada que, juntos, criam condições para o desenvolvimento sustentável. Ainda observou-se que o nível de satisfação também se altera conforme a distribuição da liberdade econômica, levando a conclusão que os cidadãos mais satisfeitos estão inseridos nas sociedades que proporcionam mais liberdade para seus integrantes. A questão social também está relacionada com a liberdade econômica, na medida em que quem obtém as maiores expectativas de vida são os países com altos escores no índice de liberdade e também a forte correlação existente entre o índice de desenvolvimento humano.

Em se tratando especificamente do crescimento econômico e bem-estar pode-se inferir que os países que possuem maiores PIB per capita, menos pobreza e mais investimentos estrangeiros são os que obtiveram os maiores índices de liberdade econômica estimados. Há também uma forte evidência de que nestes países o ambiente de negócios é mais seguro e propicia melhores condições para a iniciativa privada, acarretando em mais facilidade para se empreender e gerar mais riqueza.

Mesmo reconhecendo-se a dificuldade metodológica e prática de transformar um conceito tão subjetivo, como é a questão da liberdade econômica, em algo mensurável através de indicadores objetivos, o resultado obtido não perde validade e serve como importante indicador da qualidade institucional dos países.

Devido aos objetivos contidos no trabalho, se deixou de aprofundar questões que também poderiam explicar o nível de desenvolvimento de um país. Nesta lista se incluem os conceitos de liberdade política e civil o que exige uma continuidade das análises em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators 2014**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/products/wdi>> Acesso em mai.2014.

FRASER INSTITUTE. **Who we are**. [2010]. Disponível em: <<http://www.fraserinstitute.org/about-us/who-we-are/history.aspx>> Acesso em:nai. 2014.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Artenova, 1977.

GWARTNEY, J. Institutions, Economic Freedom, and Crosscountry Differences in Performance. **Southern Economic Journal**, Chattanooga, n. 75(4), p. 937-956, abr. 2009. Disponível em <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/27751427?uid=3737664&uid=2481379277&uid=2&uid=3&uid=60&sid=21104155924467>> Acesso em: mai. 2014.

GWARTNEY, J. D., STROUP, R. L. **O que todos deveriam saber sobre economia e prosperidade**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998.

GWARTNEY, J.; LAWSON, R.; HALL, J. **Economic Freedom of the World: 2013 Annual Report**. Vancouver: Fraser Institute, 2013.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão** (5ª ed.). Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HILLBRECHT, R. **Desempenho Econômico do Brasil, Qualidade Institucional e Liberdade Econômica**. 2013. Disponível em:< <http://www.imil.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Desempenho-Econ+%A6mico-do-Brasil-Qualidade-Institucional-e-Liberdade-Econ+%A6mica-14.12.2012.pdf>>. Acesso em: mai. 2014

MISES, L. **O mercado**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.

NOZICK, R. **Anarquia, estado e utopia**. Lisboa: Edições 70, 2009.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Human Development Report 2013**. Disponível em: < <http://hdr.undp.org/en/data>> Acesso em: mai. 2014.

PIPES, R. **Propriedade e liberdade**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

RODE M.; KNOLL, B.; HANS, P. Economic Freedom, Democracy, and Life. In: L. R. Gwartney J., **Economic Freedom of the World: 2013 Annual Report** (p. 215-233). Fraser Institute, 2013.

STEWART JR., D. **O que é Liberalismo** (3ª ed.). Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.

THE MONT PELERIN SOCIETY. Disponível em:
<<https://www.montpelerin.org/montpelerin/home.html>> Acesso em: jun. 2014.

ANEXOS

Anexo A - Metodologia área 1

Variável	Cálculo	Fontes			
1A	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$ O V_i é real o consumo do governo do país como proporção do consumo total, enquanto que o V_{\max} e V_{\min} foram fixados em 40 e 6, respectivamente.	Banco Mundial, <i>World Development Indicators</i> (vários números); Fundo Monetário Internacional, <i>International Financial Statistics</i> (vários números); Contas Nacionais das Nações Unidas			
1B	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$ O V_i é relação de transferências e subsídios com o PIB do país, enquanto os valores de V_{\max} e V_{\min} são fixados em 37,2 e 0,5, respectivamente.	Banco Mundial, <i>World Development Indicators</i> (vários números); Fundo Monetário Internacional, <i>International Financial Statistics</i> (vários números) e <i>Government Finance Statistics Yearbook</i> (vários números); Contas Nacionais das Nações Unidas			
1C	<15% =10	Banco Mundial, <i>World Development Indicators</i> (vários números); Fundo Monetário Internacional, <i>International Financial Statistics</i> (vários números) e <i>Government Finance Statistics Yearbook</i> (vários números); Contas Nacionais das Nações Unidas; Fórum Econômico Mundial, <i>Global Competitiveness Report</i> (vários números); Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, <i>Transition Indicators</i>			
	15% < x > 20% =8				
	20% < x > 25% =7				
	25% < x > 30% =6				
	30% < x > 40% =4				
	40% < x > 50% =2				
	>50% =0				
1Di e 1Dii	Limite de renda em que a alíquota marginal superior é aplicada				
Alíquota marginal superior	< \$25,000	\$25,000 – \$50,000	\$50,000 – \$150,000	> \$150,000	
	< 20%	10	10	10	10
	21% – 25%	9	9	10	10
	26% – 30%	8	8	9	9
	31% – 35%	7	7	8	9
	36% – 40%	5	6	7	8
	41% – 45%	4	5	6	7
	46% – 50%	3	4	5	5
	51% – 55%	2	3	4	4
	56% – 60%	1	2	3	3
	61% – 65%	0	1	2	2
66% – 70%	0	0	1	1	
> 70%	0	0	0	0	

Fonte: EFW 2013

Anexo B - Metodologia área 2

Variável	Cálculo	Fontes
2A	<p>Todas as variáveis do Relatório de Competitividade Global foram convertidas a partir da escala original de 1 a 7 para uma escala de 0 a 10 usando esta fórmula: $EFW_i = ((GCP_i - 1) / 6) \times 10$</p>	<p>Este componente é da questão do Relatório Global de Competitividade: "Será que o judiciário em seu país independente de influências políticas, dos membros do governo, cidadãos ou empresas? Não - fortemente influenciado (= 1) ou Sim - totalmente independente (= 7)."</p> <p>Fórum Econômico Mundial, <i>Global Competitiveness Report</i> (vários números)</p>
2B	<p>$EFW_i = ((GCP_i - 1) / 6) \times 10$</p>	<p>Este componente é da questão do Relatório Global de Competitividade: "O quadro legal em seu país para as empresas privadas resolverem disputas e desafiar a legalidade das ações e / ou regulamentos governamentais é ineficiente e sujeito à manipulação (= 1) ou é eficiente e segue um processo claro, neutro (= 7)?"</p> <p>Banco Mundial, <i>Worldwide Governance Indicators</i> (vários números); Fórum Econômico Mundial, <i>Global Competitiveness Report</i> (vários números)</p>
2C	<p>$EFW_i = ((GCP_i - 1) / 6) \times 10$</p>	<p>Este componente é da questão do Relatório Global de Competitividade: "Os direitos de propriedade, incluindo os de ativos financeiros, são mal definidos e não protegidos por lei (= 1) ou são claramente definidos e bem protegido por lei (= 7)?"</p> <p>Fórum Econômico Mundial, <i>Global Competitiveness Report</i> (vários números)</p>
2D	<p>Este componente é baseado no <i>Internacional Country Risk Guide</i> Risco Político componente G. militares na política: "A medida de envolvimento de militares na política. Uma vez que o militar não for eleito, o envolvimento, mesmo a nível periférico, diminui a responsabilidade democrática. O envolvimento militar pode resultar de uma ameaça externa ou interna, ser sintoma de dificuldades subjacentes, ou ser um golpe militar. A longo prazo, um sistema de governo militar quase certamente irá diminuir funcionamento governamental efetiva, tornar-se corrupto, e criar um ambiente desconfortável para as empresas estrangeiras."</p>	<p>Banco Mundial, <i>Worldwide Governance Indicators</i> (vários números); PRS Group, <i>International Country Risk Guide</i> (vários números)</p>
2E	<p>Este componente é baseado no <i>Internacional Country Risk Guide</i> Risco Político componente I. para Lei e Ordem: "Duas medidas que incluem um componente de risco. Cada subcomponente é igual a metade do total. O subcomponente "lei" avalia a força e imparcialidade do sistema judicial, e o subcomponente "ordem" avalia observância popular da lei. "</p>	<p>PRS Group, <i>International Country Risk Guide</i> (vários números)</p>

Fonte: EFW 2013

Anexo B (continuação) - Metodologia área 2

Variável	Cálculo	Fontes
2F	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	<p>A dívida é assumida como igual a 200% da renda per capita do país em que o requerente cumpriu o contrato e decisão judicial seja proferida em seu favor. Classificações de 0-10 foram construídas para (1) o custo do tempo (medido em número de dias necessários a partir do momento que o processo é arquivado até que o pagamento) e (2) o custo monetário do caso (medido como uma percentagem da dívida). Foi calculada a média dessas duas classificações para chegar à classificação final para este subcomponente. V_i representa o tempo ou valor de custo em dinheiro. Os valores de V_{\max} e V_{\min} foram fixadas em 725 dias e de 82,3% (1,5 desvios padrão acima da média) e 62 dias (1,5 desvios padrão abaixo da média), e 0%, respectivamente. Os países com valores fora do intervalo V_{\max} e V_{\min} receberam avaliações de zero ou 10 de acordo.</p> <p>Banco Mundial, <i>Doing Business</i> (vários números)</p>
2G	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	<p>Classificações de 0-10 foram construídas para (1) o tempo (medido em número de dias necessários para transferir a propriedade) e (2) o custo monetário de transferência de propriedade (medido como uma porcentagem do valor do imóvel). A média dessas classificações foi extraída, para chegar à classificação final para este subcomponente. V_i representa o tempo ou valor de custo em dinheiro. Os valores de V_{\max} e V_{\min} foram fixadas em 265 dias e de 15% (1,5 desvios padrão acima da média) e 0 dias e 0%, respectivamente. Os países com valores fora do intervalo V_{\max} e V_{\min} receberam avaliações de 0 ou 10 de acordo.</p> <p>Banco Mundial, <i>Doing Business</i> (vários números)</p>
2H	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	<p>Este componente é da questão do Relatório Global de Competitividade: "Até que ponto os serviços policiais podem ser invocados para impor a lei e a ordem no seu país? (1 = Não pode ser invocado em todos, 7 = Pode ser completamente invocado)".</p> <p>Fórum Econômico Mundial, <i>Global Competitiveness Report</i> (vários números)</p>
2I	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	<p>Este componente é da questão do Relatório Global de Competitividade: "Em que medida a incidência de crimes e violência impõe custos sobre as empresas do seu país? (1 = em grande medida; 7 = nenhuma)".</p> <p>Fórum Econômico Mundial, <i>Global Competitiveness Report</i> (vários números)</p>

Fonte: EFW 2013

Anexo C - Metodologia área 3

Variável	Cálculo	Fontes	
3A	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	Os números de M1 foram usados para medir a taxa de crescimento da oferta de moeda. V_i representa a taxa média anual de crescimento da oferta de dinheiro durante os últimos cinco anos, ajustado para o crescimento do PIB real durante os últimos dez anos. Os valores para V_{\min} e V_{\max} foram determinados em zero e 50%, respectivamente.	Banco Mundial, <i>World Development Indicators</i> (vários números); Fundo Monetário Internacional, <i>International Financial Statistics</i> (vários números); Contas Nacionais das Nações Unidas
3B	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	V_i representa o desvio padrão do país da taxa anual de inflação durante os últimos cinco anos. Os valores para V_{\min} e V_{\max} foram colocados em zero e 25%, respectivamente. Este procedimento vai atribuir as classificações mais elevadas para os países com menor variação na taxa de inflação	Banco Mundial, <i>World Development Indicators</i> (vários números); Fundo Monetário Internacional, <i>International Financial Statistics</i> (vários números)
3C	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	V_i representa a taxa de inflação durante o ano mais recente. Os valores de V_{\min} e V_{\max} foram determinados em zero e 50%, respectivamente, quanto menor a taxa de inflação, maior a classificação.	Banco Mundial, <i>World Development Indicators</i> (vários números); Fundo Monetário Internacional, <i>International Financial Statistics</i> (vários números)
3D		Quando é permitido conta bancária em moeda estrangeira no país, ou no exterior o país é avaliado com classificação 10. Quando somente uma das duas opções é permitida 5. Quando nenhuma é permitida se classifica com zero.	Fundo Monetário Internacional, <i>Annual Report on Exchange Arrangements and Exchange Restrictions</i> (vários números)

Fonte: EFW 2013

Anexo D - Metodologia área 4

Variável	Cálculo	Fontes
4Ai	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	<p>V_i representa a receita derivada de impostos sobre o comércio internacional como proporção do setor do comércio. Os valores para V_{\min} e V_{\max} foram determinados em zero e 15%, respectivamente. Esta fórmula leva a classificações mais baixas na medida em que a taxa média de imposto sobre o comércio internacional aumenta. Países sem impostos específicos sobre o comércio internacional ganham um 10.</p> <p>Fundo Monetário Internacional, <i>International Financial Statistics</i> (vários números) e <i>Government Finance Statistics Yearbook</i> (vários números)</p>
4Aii	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	<p>V_i representa tarifa média do país. Os valores para V_{\min} e V_{\max} foram fixados em 0% e 50%, respectivamente. Esta fórmula vai atribuir uma classificação de 10 para os países que não impõem tarifas. Conforme há aumentos médios tarifários, os países são atribuídos com classificações mais baixas.</p> <p>Organização Internacional de Comércio, <i>World Tariff Profiles</i> (vários números)</p>
4Aiii	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	<p>V_i representa o desvio padrão de tarifas do país. Os valores para V_{\min} e V_{\max} foram fixados em 0% e 25%, respectivamente. Esta fórmula vai atribuir uma classificação de 10 para os países que impõem uma tarifa única. Conforme o desvio padrão de tarifas aumenta para 25%, as classificações vão diminuindo para zero.</p> <p>Organização Internacional de Comércio, <i>World Tariff Profiles</i> (vários números)</p>
4Bi	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	<p>Este componente é da questão do Relatório Global de Competitividade: "No seu país, as barreiras tarifárias e não-tarifárias reduzir significativamente a capacidade dos bens importados para competir no mercado interno."</p> <p>Fórum Econômico Mundial, <i>Global Competitiveness Report</i> (vários números)</p>
4Bii	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	<p>V_i representa o valor de custo de tempo. Os valores de V_{\max} e V_{\min} foram fixados em 62 e 80 dias (1,5 desvios-padrão acima da média), e 2 dias (1,5 desvios-padrão abaixo da média) e 0 dias, respectivamente. Os países com valores fora do intervalo V_{\max} e V_{\min} receberam avaliações de zero ou 10 de acordo.</p> <p>Banco Mundial, <i>Doing Business</i> (vários números)</p>
4C	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	<p>V_i é o prêmio da taxa de câmbio no mercado negro do país. Os valores para V_{\min} e V_{\max} foram fixados em 0% e 50%, respectivamente. Esta fórmula vai atribuir uma classificação de 10 a países sem um mercado negro de taxas de câmbio, ou seja, aqueles com uma moeda nacional que é totalmente conversível sem restrições. Quando os controles cambiais estão presentes e existe um mercado negro, as avaliações vão diminuir em direção a zero à medida que o prêmio da taxa de câmbio aumenta em direção a 50%. A taxa zero é dado quando o prêmio do mercado negro é igual ou superior a 50%.</p> <p>MRI Bankers' Guide to Foreign Currency (vários números)</p>

Anexo D (continuação) - Metodologia área 4

Variável	Cálculo	Fontes
4Di	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	Este componente é baseado nas questões do Relatório Global de Competitividade: "Como prevalece a propriedade estrangeira de empresas em seu país? 1 = Muito raro, 7 = altamente prevalente"; e "O quanto são restritivos os regulamentos do seu país em relação aos fluxos de capitais internacionais? 1 = altamente restritiva, 7 = nenhuma restrição"
		Fórum Econômico Mundial, <i>Global Competitiveness Report</i> (vários números)
4Dii		O Fundo Monetário Internacional observa até 13 tipos de controles de capitais internacionais. A classificação de zero a 10 é a porcentagem de controles de capital que não incide em relação ao número total de controles de capital listados multiplicados por 10.
		Fundo Monetário Internacional, <i>Annual Report on Exchange Arrangements and Exchange Restrictions</i> (vários números)
4Diii	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	V_i representa o valor do componente. Os valores de V_{\max} e V_{\min} foram fixados em 47,2 (1 desvio padrão acima da média) e 0. Países com valores fora do período entre V_{\max} e V_{\min} recebem avaliações de zero ou 10 de acordo.
		Robert Lawson and Jayme Lemke, <i>Travel Visas, Public Choice</i> (2011)

Fonte: EFW 2013

Anexo E - Metodologia área 5

Variável	Cálculo	Fontes
5Ai	Quando depósitos privados somaram entre 95% e 100%, os países são agraciados com uma classificação de 10. Ao depósitos privados constituídos entre 75% e 95% do total, uma classificação de 8 foi atribuída. Quando depósitos privados estavam entre 40% e 75% do total, a classificação foi de 5. Quando os depósitos privados somaram entre 10% e 40%, os países receberam uma classificação de 2. Uma classificação zero foi atribuído quando os depósitos particulares eram 10% ou menos do total.	James R. Barth, Gerard Caprio, Jr., and Ross Levine, <i>Bank Regulation and Supervision</i> (vários números); James R. Barth, Gerard Caprio, and Ross Levine, <i>Rethinking Bank Regulation: Till Angels Govern</i> (2006)
5Aii	$(-V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$ V_i é o déficit a taxa de investimento bruto, e os valores de V_{\max} e V_{\min} são fixados em 0 e -100,0%, respectivamente. A fórmula atribui classificações mais elevadas conforme o déficit fica menor (ou seja, mais próximo de zero) em relação à poupança bruta.	Banco Mundial, <i>World Development Indicators</i> (vários números); Fundo Monetário Internacional, <i>International Financial Statistics</i> (vários números)
5Aiii	Quando as taxas de juros são determinadas principalmente pelas forças do mercado e as taxas reais são positivas, =10. Quando as taxas de juros são principalmente determinadas no mercado, mas as taxas reais são, por vezes, ligeiramente negativas (menos de 5%) ou o diferencial entre a depósito e as taxas de empréstimo é grande (8% ou mais), = 8. Quando a taxa de depósito ou empréstimo real é persistentemente negativa por um valor de um único dígito ou o diferencial entre elas for regulamentada pelo governo, = 6. Quando as taxas de depósito e de empréstimo são fixadas pelo governo e as taxas reais são frequentemente negativas por valores de um dígito, = 4. Quando a taxa real de depósito ou empréstimo real for persistentemente negativa por dois dígitos, = 2. Quando as taxas depósito e de empréstimo são fixadas pelo governo e as taxas reais são persistentemente negativas por valores de dois dígitos ou hiperinflação praticamente elimina o mercado de crédito, = 0.	Banco Mundial, <i>World Development Indicators</i> (vários números); Fundo Monetário Internacional, <i>International Financial Statistics</i> (vários números)
5Bi	Este subcomponente é baseado no relatório Doing Business do Banco Mundial "Índice de Dificuldade de Contratação".	Banco Mundial, <i>Doing Business</i> (vários números)

Fonte: EFW 2013

Anexo E (continuação) - Metodologia área 5

Variável	Cálculo	Fontes	
5Biii	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	Este componente é da questão do Relatório Global de Competitividade: "Salários em seu país são definidos por um processo de negociação centralizada (= 1) ou cada empresa é diferente (= 7)?"	Fórum Econômico Mundial, <i>Global Competitiveness Report</i> (vários números)
5Biv		Este subcomponente é baseado no relatório Doing Business do Banco Mundial "Índice de rigidez de horas"	Banco Mundial, <i>Doing Business</i> (vários números)
5Bv	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	V_i representa o custo de demissão (medido em semanas de salário). Os valores de V_{\max} e V_{\min} foram fixados em 108 semanas (1,5 desvios padrão acima da média) e 0 semanas, respectivamente. Os países com valores fora do intervalo V_{\max} e V_{\min} recebem avaliações de zero ou dez de acordo.	Banco Mundial, <i>Doing Business</i> (vários números)
5Bvi		Uma classificação de 10 foi atribuída a países sem serviço militar obrigatório. Quando o comprimento de recrutamento foi de seis meses ou menos, os países recebem uma classificação de 5. Quando o comprimento de recrutamento foi mais de seis meses, mas não mais de 12 meses, os países foram classificados em 3. Quando o comprimento de recrutamento foi mais de 12 meses, mas não mais de 18 meses, os países são classificados com 1. Quando períodos conscrição ultrapassou 18 meses, os países são classificados com zero. Se o recrutamento existe, mas, aparentemente, não é rigorosamente aplicado ou o tempo de serviço não pode ser determinado, o país é classificado com 3. Nos casos em que o recrutamento é claro, mas nunca é usado, mesmo que possa ser possível, uma classificação de 10 é dada. Se o serviço nacional obrigatório de um país inclui opções não militares, o país é classificado com 5.	<i>International Institute for Strategic Studies, The Military Balance</i> (vários números); <i>War Resisters International, World Survey of Conscription and Conscientious Objection to Military Service</i>
5Ci	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	Este componente é da questão do Relatório Global de Competitividade: "Cumprir com os requisitos administrativos (autorizações, regulamentos, relatórios) emitidos pelo governo em seu país é (1 = oneroso, 7 = não oneroso)."	Fórum Econômico Mundial, <i>Global Competitiveness Report</i> (vários números)

Fonte: EFW 2013

Anexo E (continuação) - Metodologia área 5

Variável	Cálculo	Fontes	
5Cii	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	Este componente é da questão do Relatório Global de Competitividade: "Os padrões de qualidade do produto/serviço, energia e outros regulamentos (fora os regulamentos ambientais) em seu país são: (1 = frouxos ou inexistentes, 7 = entre os mais rigorosos do mundo)."	Fórum Econômico Mundial, <i>Global Competitiveness Report</i> (vários números)
5Ciii	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	V_i representa o valor da variável (tempo, taxas, capital mínimo). Os valores de V_{\max} e V_{\min} foram fixados em 104 dias, 317%, e 1,017% (1,5 desvios padrão acima da média), e 0 dias, 0% e 0%, respectivamente. Os países com valores fora do intervalo V_{\max} e V_{\min} recebem avaliações de zero ou dez de acordo.	Banco Mundial, <i>Doing Business</i> (vários números)
5Civ	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	Este componente é baseado em três questões do Relatório Global de Competitividade: "Em seu setor, o quão comum você estima que as empresas fazem pagamentos extras não documentados ou subornos relacionados com o seguinte: A - Alvarás de importação e exportação; B - Ligação aos serviços públicos (por exemplo, telefone ou energia elétrica); C - o pagamento de impostos anuais; D - Licitação de contratos públicos (projetos de investimento); E - Ter decisões judiciais favoráveis. Comum (= 1) Nunca ocorrem (= 7)"; "Pagamentos ilegais que visam influenciar as políticas governamentais, leis ou regulamentos têm um impacto sobre as empresas do seu país? 1 = Sim, impacto negativo significativo, 7 = Não, nenhum impacto" e "Até que ponto os funcionários do governo em seu país mostram favoritismo para empresas e indivíduos bem relacionados ao decidir sobre as políticas e os contratos? 1 = Sempre mostram favoritismo, 7 = Nunca mostram favoritismo."	Fórum Econômico Mundial, <i>Global Competitiveness Report</i> (vários números)
5Cv	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	V_i representa o tempo ou valor para aquequeação. Os valores de V_{\max} e V_{\min} foram fixados em 363 dias e 2,763% (1,5 desvios padrão acima da média), e 56 dias (1,5 desvios padrão abaixo da média), e 0%, respectivamente. Os países com valores fora do intervalo V_{\max} e V_{\min} recebem avaliações de zero ou 10 de acordo.	Banco Mundial, <i>Doing Business</i> (vários números)
5Cvi	$(V_{\max} - V_i) / (V_{\max} - V_{\min}) \times 10$	V_i representa o custo do tempo (medido em horas) de cumprimento das obrigações fiscais. Os valores de V_{\max} e V_{\min} foram fixados em 892 horas (1,5 desvios-padrão acima da média) e 0 horas, respectivamente. Os países com valores fora do intervalo V_{\max} e V_{\min} recebem avaliações de zero ou 10 de acordo.	Banco Mundial, <i>Doing Business</i> (vários números)

Fonte: EFW 2013

Anexo F - Índice de Liberdade Econômica 2013 - Fraser Institute

Ranking	Países	Índice	Ranking	Países	Índice
1	Hong Kong	8,97	59	Polônia	7,20
2	Cingapura	8,73	60	Arábia Saudita	7,14
3	Nova Zelândia	8,49	61	Rep. Dominicana	7,13
4	Suíça	8,30	62	Jamaica	7,12
5	Emi. Árabes Uni.	8,07	63	Costa Rica	7,11
6	Maurício	8,01	64	Fiji	7,10
7	Finlândia	7,98	64	Uganda	7,10
8	Bahrain	7,93	64	Zâmbia	7,10
8	Canadá	7,93	67	Panamá	7,08
10	Austrália	7,88	68	Malásia	7,06
11	Chile	7,87	68	Mongólia	7,06
12	Reino Unido	7,85	68	Turquia	7,06
13	Jordânia	7,81	71	Brunei Darussalam	7,05
14	Dinamarca	7,78	71	Macedonia	7,05
15	Taiwan	7,77	73	El Salvador	7,03
16	Estônia	7,76	74	Camboja	7,02
17	Estados Unidos	7,73	75	Croácia	7,01
18	Chipre	7,72	76	Gâmbia	6,98
19	Alemanha	7,68	77	Barbados	6,96
20	Irlanda	7,66	77	Pap. Nova Guiné	6,96
21	Malta	7,65	79	Trinidad & Tob.	6,95
22	Peru	7,64	80	Indonésia	6,90
23	Armênia	7,62	81	Tunísia	6,87
23	Catar	7,62	82	Moldávia	6,86
25	Georgia	7,61	83	Itália	6,85
25	Lituânia	7,61	84	Cazaquistão	6,84
27	Áustria	7,59	85	Grécia	6,83
27	Hungria	7,59	86	Belize	6,82
29	Suécia	7,58	87	Quênia	6,81
30	Holanda	7,57	88	África do Sul	6,80
31	Noruega	7,56	89	Paraguai	6,78
32	Espanha	7,53	90	Gana	6,71
33	Japão	7,50	91	Bósnia e Herzegovina	6,67
33	Coréia do Sul	7,50	92	Sri Lanka	6,66
35	Luxemburgo	7,49	93	Tanzânia	6,65
36	Ruanda	7,46	94	México	6,64
36	Rep. Eslovaca	7,46	94	Tailândia	6,64
38	Líbano	7,41	96	Colômbia	6,61
39	Bahamas	7,40	97	Eslovenia	6,59
40	França	7,38	98	Haiti	6,56
41	Islândia	7,37	98	Marrocos	6,56
42	Bélgica	7,36	98	Suazilândia	6,56
43	Uruguai	7,35	101	Rússia	6,55
44	Portugal	7,34	102	Brasil	6,51
45	Romênia	7,32	102	Quirguistão	6,51
46	Látvia	7,31	104	Sérvia	6,46
46	Oman	7,31	105	Mauritânia	6,42
48	Albânia	7,27	106	Namíbia	6,39
49	Bulgária	7,26	107	Madagáscar	6,37
49	Israel	7,26	108	Bolívia	6,36
49	Montenegro	7,26	108	Egito	6,36
52	Botswana	7,25	110	Lesoto	6,35
52	Rep. Tcheca	7,25	111	Guiana	6,34
54	Nicarágua	7,23	111	Índia	6,34
55	Kuwait	7,22	111	Paquistão	6,34
56	Guatemala	7,21	114	Bangladesh	6,33
56	Honduras	7,21	115	Serra Leoa	6,32
56	Filipinas	7,21	116	Iêmen	6,31

Fonte: EFW 2013

Anexo F (continuação) - Índice de Liberdade Econômica 2013 - Fraser Institute

Ranking	Países	Índice	Ranking	Países	Índice
117	Azerbaijão	6,30	135	Costa do Marfim	5,76
117	Malavi	6,30	136	Gabão	5,73
117	Timor -Leste	6,30	137	Argentina	5,69
120	Suriname	6,29	138	Guiné-Bissau	5,68
121	Cabo Verde	6,24	139	Moçambique	5,63
122	Vietnã	6,23	140	Níger	5,60
123	China	6,22	141	Togo	5,57
124	Nigéria	6,21	142	Etiópia	5,47
125	Nepal	6,19	143	Argélia	5,32
126	Ucrânia	6,16	144	Rep. Dem. Congo	5,28
127	Irã	6,05	145	Burundi	5,26
128	Tadjiquistão	6,01	145	Rep. África Cen.	5,26
129	Senegal	5,97	147	Angola	5,17
130	Benin	5,95	148	Chade	4,98
130	Mali	5,95	149	Zimbábue	4,59
132	Burkina Faso	5,94	150	Rep. Congo	4,57
132	Camarões	5,94	151	Mianmar	4,08
134	Equador	5,85	152	Venezuela	3,93

Fonte: EFW 2013

Anexo G - Desempenho do Brasil no EFW - 1980-2011

	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2011
Índice de Liberdade Econômica	4,18	3,22	4,18	4,65	5,93	6,22	6,47	6,51
Colocação	82	105	98	104	86	100	106	102
Componentes								
1. Tamanho do Governo	5,27	5,08	6,07	6,13	5,98	6,73	7,00	7,02
A. Consumo do governo	8,34	7,93	4,55	4,51	4,44	4,43	4,15	4,26
	11,65	13,05	24,55	24,66	24,90	24,94	25,90	25,50
B. Transferências e subsídios	6,76	7,41	7,22	6,52	5,96	8,98	7,86	7,82
	12,40	10,00	10,70	13,27	15,33	4,24	8,34	8,51
C. Investimentos e empresas estatais	2,00	4,00	7,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
	49,20	36,00	24,90	17,80	17,80	17,80	15,15	15,15
D. Alíquota marginal superior de impostos	4,00	1,00	5,50	5,50	5,50	5,50	8,00	8,00
(i) Alíquota marginal superior de imposto de renda	4,00	1,00	9,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
	55,00	60,00	25,00	35,00	27,50	28,00	28,00	28,00
(ii) Alíquota marginal superior de imposto sobre salários			2,00	3,00	3,00	3,00	8,00	8,00
			53,00	60,00	50,00	50,00	28,00	28,00
2. Sistema Legal e Direitos de Propriedade	5,86	5,72	6,19	5,76	5,35	4,69	5,16	5,28
A. Independência do judiciário				5,55	5,51	3,03	4,56	4,58
B. Imparcialidade dos tribunais				6,67	6,18	3,42	4,30	4,42
C. Proteção dos direitos de propriedade				4,15	5,08	6,02	5,69	6,11
D. Interferência militar no estado de direito e na política				5,45	6,67	6,67	6,67	6,67
E. Integridade do sistema legal				6,96	3,33	4,17	3,33	3,33
F. Execução legal dos contratos						4,82	4,00	4,00
G. Restrições regulatórias na venda de bens imóveis						8,19	8,51	8,50
H. Confiança na polícia						3,11	5,42	5,75
I. Custos de negócio do crime						2,76	3,97	4,13
3. Solidez Monetária	1,66	0,00	0,00	0,00	6,14	7,64	7,97	8,20
A. Crescimento monetário	3,26	0,00	0,00	0,00	8,07	7,92	8,55	9,76
	33,71	111,36	458,38	479,01	9,63	10,39	7,27	1,19
B. Desvio padrão da inflação	3,37	0,00	0,00	0,00	7,88	9,02	9,33	9,38
	16,57	53,14	878,93	851,49	5,29	2,45	1,67	1,55
C. Inflação: anos recentes	0,00	0,00	0,00	0,00	8,59	8,63	8,99	8,67
	87,47	231,72	2509,47	77,59	7,04	6,87	5,04	6,64
D. Liberdade de possuir contas em moedas estrangeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	5,00	5,00
4. Liberdade de Comércio Internacional	3,24	0,94	4,28	6,49	6,67	7,16	7,16	7,12
A. Tarifas	3,33	2,62	4,84	7,66	7,18	7,20	7,20	7,16
(i) Receitas de impostos sobre comércio	3,33	7,87	7,53	8,13	7,21	7,21	8,29	8,17
	10,00	3,20	3,70	2,81	4,18	4,18	2,57	2,75
(ii) Alíquota média da tarifa		0,00	4,00	7,60	7,12	7,54	7,26	7,26
		55,60	30,00	12,00	14,40	12,30	13,70	13,70
(iii) Desvio padrão das alíquotas		0,00	3,00	7,24	7,20	6,85	6,05	6,05
		26,20	17,50	6,90	7,00	7,87	9,86	9,86
B. Barreiras regulatórias comerciais				5,27	5,34	6,14	6,48	6,43
(i) Barreiras comerciais não tarifárias				5,27	4,02	5,12	4,95	4,86
(ii) custos de conformidade de importação e exportação					6,66	7,16	8,01	8,01
C. Taxa de câmbio no mercado negro	6,40	0,20	8,00	9,40	10,00	9,04	9,78	9,73
D. Controle de movimento de capitais e pessoas	0,00	0,00	0,00	3,64	4,17	6,26	5,18	5,16
(i) Restrições a propriedade/investimento estrangeiro				7,29	7,56	6,16	5,99	5,94
(ii) Controle da capitais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,77	6,15	3,08	3,08
(iii) Liberdade de estrangeiros para visitar						6,46	6,46	6,46

Fonte: EFW 2013/World Bank

Anexo G (continuação) - Desempenho do Brasil no EFW - 1980-2011

	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2011
5. Regulação	4,89	4,33	4,37	4,88	5,53	4,90	5,07	4,94
A. Regulações no mercado de crédito	5,26	3,43	3,95	4,41	5,29	6,67	6,99	6,50
(i) Propriedade dos bancos	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
(ii) Crédito ao setor privado	6,79	5,30	6,85	8,23	5,87	10,00	8,96	8,50
(iii) Controles da taxa de juros/taxas de juros reais negativas	4,00	0,00	0,00	0,00	5,00	5,00	7,00	6,00
B. Regulações no mercado de trabalho			4,78	5,30	4,65	3,84	4,50	4,59
(i) Regulações sobre contratação e salários mínimos				6,67	3,46	2,20	2,23	2,23
(ii) Regulações sobre a contratação e dispensa dos funcion.			6,18	6,18	5,25	2,85	3,19	3,84
(iii) Negociação coletiva centralizada	5,18	5,18	5,18	5,18	5,52	5,25	5,46	5,36
(iv) Regulações sobre horários				5,47	6,01	4,00	6,00	6,00
(v) Custo sobre a demissão de trabalhado						5,74	7,13	7,13
(vi) Recrutamento	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
C. Regulações no ambiente de negócios				4,94	6,64	4,20	3,73	3,73
(i) Requisitos administrativos					7,70	1,46	1,74	1,70
(ii) Custos burocráticos				5,61	7,38	5,26	4,39	4,39
(iii) Condições de iniciar um negócio				5,95	5,73	6,56	6,61	6,62
(iv) Pagamentos extras, propinas e favoritismo				3,27	5,73	6,28	4,69	4,77
(v) Restrições de licença						5,65	4,93	4,93
(vi) Custos para adequação fiscal						0,00	0,00	0,00

Fonte: EFW 2013/World Bank